



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**AGÊNCIA LUME:
A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NA
FAVELA DE RIO DAS PEDRAS**

GABRIELLE TELES RODRIGUES

Rio de Janeiro

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**AGÊNCIA LUME:
A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NA
FAVELA DE RIO DAS PEDRAS**

Monografia submetida à banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

GABRIELLE TELES RODRIGUES

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Raquel Paiva de Araujo Soares

Rio de Janeiro

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

RR696a Rodrigues, Gabrielle Teles
Agência Lume: a importância da comunicação
comunitária na favela de Rio das Pedras / Gabrielle
Teles Rodrigues. -- Rio de Janeiro, 2021.
72 f.

Orientadora: Raquel Paiva de Araujo Soares.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:
Jornalismo, 2021.

1. Comunicação comunitária. 2. Favela. 3. Rio das
Pedras. 4. COVID-19. I. Soares, Raquel Paiva de
Araujo, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Agência Lume: a importância da comunicação comunitária na favela de Rio das Pedras**, elaborada por Gabrielle Teles Rodrigues.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 25/ 10/ 2021.

Comissão Examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Raquel Paiva de Araujo Soares.
Doutora em Comunicação – UFRJ.
Departamento de Expressões e Linguagens da Escola de Comunicação – UFRJ.

Prof. Dr. Muniz Sodre de Araujo Cabral.
Doutor em Ciência da Literatura – UFRJ.
Departamento de Comunicação – UFRJ.

Prof^ª. Dr^ª. Carine Felkl Prevedello.
Doutora em Comunicação – UNISINOS.
Departamento de Comunicação – UFRJ.

Rio de Janeiro

2021

Esta monografia é dedicada à minha mãe, por todo amor, aprendizado e confiança. Tudo só é possível porque eu tenho você.

AGRADECIMENTOS

Imaginando a vida como uma peça de teatro (e me desculpem o clichê), esse é o momento quando os atores agradecem a plateia, mas sabem que é o primeiro espetáculo de uma grande turnê. Ser uma jornalista formada pela UFRJ, a maior universidade do país, é o melhor final que eu poderia escrever para essa apresentação. É a concretização de um sonho. No entanto, antes de partir para outros palcos, preciso agradecer aos espectadores da primeira fila e a primeira (desta lista que já são de “primeiros”) é a minha mãe. Hoje, se estou aqui, é porque ela confiou em mim. A cada “não”, a cada dificuldade e em meio a todas as dúvidas, tudo só foi possível porque eu tenho você, mãe. Obrigada por tudo, não tem presente maior do que você estar comigo. Obrigada Yasmim, por todos os brigadeiros que você fez para adoçar os meus estudos, por todos os abraços – exageradamente – apertados que você me dá (nunca deixe de fazer isso) e por ser a melhor irmã que eu poderia ter. Agradeço ao Edson, meu padrasto, que chegou à minha vida há oito anos e é um dos meus maiores incentivadores. Obrigada por apostar na minha educação, mesmo me conhecendo tão pouco na época. Isso também é pra você e para o meu pai, que amo muito. Obrigada a Deus, por, simplesmente, tudo.

A realização deste trabalho só foi possível graças à orientação da professora Raquel Paiva. O seu olhar crítico, generosidade, comentários pertinentes e a paixão por comunicação comunitária foram fundamentais para me encorajar nesta pesquisa. Obrigada por se fazer disponível e presente mesmo através das telas. É uma honra ter uma profissional como você ao meu lado nessa jornada. Agradeço também a banca examinadora, por todo cuidado e atenção com o meu trabalho.

Eu não poderia deixar de agradecer aos meus amigos que estão comigo em todos os momentos, inclusive durante a monografia. O meu muito obrigada à Mariana, Gentil, Luana, Jéssica, Júlia, Patrick, Rhaisa, Willon e Yanka, por todos os desabafos, dúvidas e momentos de distração. Juliana, Eduarda e Jonas, obrigada por fazerem parte dessa trajetória, desde as choppadas e arraiECOs até o nervosismo em apresentar o TCC. E, claro, esta pesquisa não aconteceria sem a contribuição e trabalho dos meus amigos da Agência Lume. Obrigada Fernanda, Adão, Douglas, Rô, Wellington e Messias. Vocês são incríveis, talentosos e acessíveis.

Obrigada à educação pública e de qualidade, que faz parte de toda a minha história e vem transformando a minha vida. Espero que um dia reconheçam o seu valor. Obrigada à Escola de Comunicação da UFRJ, por todos os projetos que participei e por todos os professores e colegas que conheci. Já estou com saudades dos corredores de azulejos azuis do palácio. E, por último, obrigada a todos os profissionais que me ensinaram e ajudaram a construir quem eu sou hoje.

Sem a colaboração de todos vocês, esse trabalho não seria possível. Obrigada!

RODRIGUES, Gabrielle Teles. **Agência Lume: a importância da comunicação comunitária na favela de Rio das Pedras**. Orientadora: Raquel Paiva de Araujo Soares. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2021.

RESUMO

A comunicação comunitária fundamenta-se em falar dos interesses locais de onde atua, levá-los para a resolução junto aos órgãos competentes, compreender a favela para além do senso-comum difundido pela mídia hegemônica e apresentá-la para o “mundo”. O objetivo central deste trabalho é entender a importância do veículo comunitário Agência Lume para a favela de Rio das Pedras. Além disso, buscou-se estudar a formação das favelas, em especial nesta em que o jornal é situado, o conceito de comunicação comunitária e popular, o impacto da tecnologia na transformação da comunicação comunitária e as dificuldades impostas pela COVID-19. Para isso, se fizeram necessárias uma revisão bibliográfica e entrevistas em profundidade com todos os colaboradores do veículo. A partir dos resultados, inferiu-se a necessidade da regulação da imprensa brasileira, o valor dos materiais impressos e a indispensabilidade de recursos financeiros para a entrega de um trabalho mais justo e completo.

Palavras-chave: comunicação comunitária; favela; Rio das Pedras; COVID-19.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A FORMAÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS: O ESPAÇO COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA	13
2.1 “A favela é um problema social.”.....	13
2.1 A política remocionista das favelas	16
2.2 A favela de Rio das Pedras: passado e presente da terceira maior do país.....	21
2.2.1 Um pedaço do Nordeste na favela carioca: a coexistência de duas regiões.....	24
2.2.2 Chuvas em Rio das Pedras: vulnerabilidade e ausência do poder público.....	27
2.2.3 Um breve panorama atual.....	30
3 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.....	34
3.1 As origens e os conceitos de Comunicação Popular e Comunitária.....	35
3.2 A favela no ciberespaço: como os sites e redes sociais expandiram a comunicação comunitária.....	38
4. AGÊNCIA LUME: JORNALISMO COMUNITÁRIO EM RIO DAS PEDRAS.....	41
4.1 A criação de um jornal comunitário na pandemia do coronavírus: estímulo, projetos e adaptações.....	41
4.2 A importância da Agência Lume para os moradores de Rio das Pedras.....	45
4.3 Agência Lume: estratégias, linha editorial e desafios.....	53
4.4 Os colaboradores da Agência Lume.....	59
5. CONCLUSÃO.....	60
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende explorar a trajetória, o papel e a contribuição da Agência Lume, veículo comunitário que atende a favela de Rio das Pedras. A pesquisa irá trabalhar essencialmente com o conceito de comunicação comunitária, que tem seus princípios definidos pela participação ativa da população na elaboração de pautas e a defesa, junto à comunidade, dos interesses locais, como a educação e cultura, em concordância com Peruzzo (2006).

Localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a favela de Rio das Pedras começou a ser ocupada no final da década de 1960, acompanhando o desenvolvimento da Barra da Tijuca e sendo uma importante mão-de-obra barata da região. Ocupada predominantemente por nordestinos, sendo a maioria da Paraíba e do Ceará, a favela é considerada a terceira maior do país, segundo os dados da Prefeitura do Rio. É nesta conjuntura, baseada nos estudos realizados por Burgos (2002), que esta pesquisa será inserida.

A Agência Lume nasceu em agosto de 2020, já durante a pandemia do coronavírus, momento em que o papel da informação se tornou ainda mais ostensivo. As notícias foram necessárias para divulgar os avanços da ciência, os postos de vacinação, os dados sobre a doença e como ajudar os que necessitavam de algum auxílio, uma vez que este período diminuiu as oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, aumentou a desigualdade social. Aliado a isso, a internet foi um grande facilitador – positiva e negativamente – na produção e acesso aos comunicados. Nesta pesquisa será explorado o trabalho do veículo comunitário neste período, relacionando os materiais produzidos pelo jornal e os estudos de Paiva (2003; 2013), Giannotti (2016), Silva e Ansel (2006), Vaz (2009), Peruzzo (2013), entre outros autores.

Para entender a comunicação comunitária como uma dissemelhança a mídia hegemônica – ideia evidenciada por Gramsci – será necessário compreender o cenário em que esta última atua. Menos de dez famílias controlam os veículos midiáticos no Brasil, tornando o setor oligopolista, como evidencia Belo e Ribeiro (2016). Sendo assim, é favorável que as informações sejam transmitidas somente aos grandes centros, impossibilitando a profusão de olhares e coberturas regionalizadas. Este panorama, resultado da ausência de regulação da imprensa, impede o livre exercício da mesma. Diante dos pontos apresentados, buscou-se a reunir informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual é a importância da comunicação comunitária na favela de Rio das Pedras?

Para responder à questão, se fará necessário aplicar um método científico que, com

base nos estudos de Tartuce (2006), segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 11), são compreendidos por “um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados.” Sabendo disso, opta-se por utilizar uma abordagem qualitativa, que em oposição a quantitativa, não consiste em estudos numéricos, mas se preocupa com a compreensão de um determinado grupo e sua dinâmica social (GOLDENBERG, 1997; MINAYO, 2011 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Gerhardt e Silveira (2009) ainda resumem a pesquisa qualitativa da seguinte forma:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GOLDENBERG; MINAYO, 2009, p. 32)

Sabendo disso, serão realizadas entrevistas em profundidade com os colaboradores da Agência Lume, a escolha se deu em função da proeminência das pessoas vinculadas ao coletivo em análise. A aproximação com o problema de pesquisa, construção de hipóteses, levantamento de estudos anteriores sobre o tema, entrevistas com os colaboradores – que constituem o objeto – e os exemplos de matérias jornalísticas que permitem visualizar o trabalho apresentado, fazem deste estudo uma pesquisa exploratória, segundo a análise de Gil (2007).

Portanto, ao observar a lacuna existente nos estudos acadêmicos da favela de Rio das Pedras, bem como a exploração da comunicação comunitária nesta região, notou-se a viabilidade de desenvolver um projeto de pesquisa com ênfase na disseminação do conhecimento e visando apresentar a comunidade por um viés não explorado pela imprensa hegemônica.

Além deste hiato, existe a motivação pessoal da autora, que nasceu e ainda reside na favela de Rio das Pedras. Assim como mais da metade dos moradores, seus pais também vieram do Nordeste em busca de novas oportunidades e trabalharam no comércio da ainda recente Barra da Tijuca na década de 1990. A vivência na comunidade e o interesse em transformá-la através da comunicação, também a faz colaborar com a Agência Lume.

A importância da pesquisa se ratifica por observar que esta é pioneira em abordar a comunicação comunitária na favela de Rio das Pedras. Assim, deseja-se incentivar outros moradores a explorarem suas histórias e fazer delas um instrumento de conhecimento e mudança.

1.1 Objetivo geral

Diante do exposto, tem-se como objetivo analisar a atuação do veículo comunitário Agência Lume na favela de Rio das Pedras, de modo que seja elucidado o seu impacto na vida dos moradores e colaboradores do jornal.

1.2 Objetivos específicos

- Entender a formação e a história das favelas no Rio de Janeiro e, especialmente, de Rio das Pedras;
- Explorar os conceitos e origens da comunicação popular e comunitária;
- Elucidar a atuação, linha editorial, alcance, planejamento e dificuldades da Agência Lume;
- Compreender a relação dos colaboradores com a Agência Lume e a favela de Rio das Pedras.

1.3 Organização da monografia

O estudo que será apresentado está organizado em quatro capítulos. No primeiro, apresentou-se o contexto em que a pesquisa se insere, a metodologia que será utilizada, assim como a problemática, motivações e objetivos que embasam a monografia. Em seguida, se inicia o primeiro capítulo do referencial teórico dividido em dois momentos: no primeiro será demonstrada a formação das favelas cariocas, assim como a política de remoção que acompanha toda a sua história; no segundo, será estudada a origem e cenário atual da favela de Rio das Pedras, explorando sua cultura e problemática da ausência do poder público.

No terceiro capítulo, concentram-se as origens e os conceitos da comunicação popular e comunitária, assim como o papel da internet para ampliar as vozes das favelas. No quarto capítulo, serão apresentados os trabalhos realizados pela Agência Lume e o seu papel, como veículo comunitário, com base nas análises apresentadas pelos autores. Além da revisão bibliográfica, já presente em toda a pesquisa, opta-se pela realização de entrevistas em profundidade com os colaboradores do jornal. A técnica se fará necessária para elucidar o debate sobre as motivações para a criação do veículo, escolhas editoriais e a percepção dos próprios voluntários para com o veículo e a comunidade de Rio das Pedras. Por fim, nas considerações finais, situam-se os resultados dos objetivos definidos, as expectativas com o presente estudo e sugestões de novas abordagens acerca do tema.

2 A FORMAÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS: O ESPAÇO COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA

Neste primeiro capítulo iremos apresentar a formação das favelas do Rio de Janeiro, desde os cortiços, seus precursores, até os últimos marcos que transformaram a cena urbana da cidade. A segunda parte deste capítulo será voltada para a favela de Rio das Pedras, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro e considerada a terceira maior do país. O estudo dessa comunidade se justifica não apenas pelo veículo local que será compreendido e toda a complexidade em atuar neste espaço, mas também por sua intervenção na cidade. Nesse sentido, iremos apresentar o seu surgimento, marcado, em um primeiro momento, pela ocupação de um pequeno terreno às margens do rio que dá nome a comunidade, seguida pela atuação do poder público e seu alinhamento junto à associação dos moradores. O Plano Piloto de Lúcio Costa e a conseqüente expansão da Barra da Tijuca também são momentos decisivos para a construção da favela de Rio das Pedras.

A análise histórica, compreendida em todo o capítulo e presente em toda a pesquisa, se faz necessária para compreendermos o local em que a favela se encontra hoje, não apenas no sentido real, mas simbólico do espaço. Desta forma, buscaremos entender a responsabilidade dos veículos comunitários em acompanhar diariamente estas realidades.

2.1 “A favela é um problema social”

Em 1992, o samba de Noca da Portela e Sergio Moca, na voz de Bezerra da Silva, já afirmava: “a favela é um problema social”. A presunção é admitida pelos fatores que levaram ao surgimento desses espaços, justificados, em suma, pela necessidade e desigualdade, que se revelam na ausência do poder público. Em consonância com os versos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica as favelas, palafitas e outros tipos de habitações como aglomerados subnormais, ou seja, “formas de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação” (IBGE, 2019)¹. Desta forma, Burgos comenta:

Quanto mais a favela é “favela”, mais ela deixa de ser mero aglomerado habitacional, consolidando em seu interior um microssistema sociocultural, organizando a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 abr. 2021.

instituições locais e de interações sempre particularizadas com as instituições da cidade. (BURGOS, 2002, p. 22)

O processo de favelização do Rio de Janeiro já correspondia a perigo em 1930, quando denunciado pelo francês Alfred Agache, mas a existência das favelas só foi reconhecida sete anos depois no Código de Obras do Distrito Federal (VALLADARES, 2000, p. 14). Antes desse período, no entanto, os cortiços já chamavam a atenção das autoridades e da imprensa. Data da década de 1850 quando os administradores da Corte perceberam sua presença, mas ainda levariam alguns anos para o governo importar-se efetivamente com ele (CHALHOUB, 1996, p. 29-30).

Considerado os antecessores das favelas, os cortiços carregavam o estigma da violência e do contágio de doenças. Foi vestido desses argumentos que o então prefeito do Rio de Janeiro, Barata Ribeiro, autorizou, no dia 26 de janeiro de 1893, a demolição do Cabeça de Porco, localizado na Rua Barão de São Félix, nº 154, no Centro da cidade. Segundo Chalhoub (1996, p. 29), o aviso se deu apenas três dias antes, quando os proprietários do local receberam “uma intimação da Intendência Municipal para que providenciassem o despejo dos moradores”.

Há controvérsia quanto ao número de habitantes da estalagem: dizia-se que, em tempos áureos, o conjunto havia sido ocupado por cerca de 4 mil pessoas; naquela noite de janeiro, com toda uma ala do cortiço interdita havia cerca de um ano pela Inspetoria Geral de Higiene, a Gazeta de Notícias calculava em quatrocentos o número de moradores. Outros jornais da época, porém, afirmavam que 2 mil pessoas ainda habitavam o local. (CHALHOUB, 1996, p. 15)

A ausência de planejamento para realocar os moradores do Cabeça de Porco não impediu os elogios da imprensa. Em *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*, o historiador Sidney Chalhoub destaca as publicações dos jornais que comparavam o episódio às guerras e exaltavam a masculinidade dos oficiais e do prefeito. Um desses exemplos esteve em matéria do *Jornal do Brasil*, que entendia Barata Ribeiro como um “homem pequeno e magricela, devia ser um Hércules dos novos tempos, e sua missão era purificar a cidade, livrando-a definitivamente daquele mundo de imundície” (CHALHOUB, 1996, p. 19).

Expulsos do centro e impedidos de se assentar até nos locais mais distantes e mais econômicos, os pobres encontraram outra opção na ocupação de morros vazios nas proximidades do centro. A autoconstrução com materiais precários sobre terrenos de propriedade incerta se difundiu rapidamente e a favela começou a se fazer notar na paisagem da cidade. (VAZ, 1994, p. 588)

De acordo com a bibliografia, os moradores do Cabeça de Porco, ao terem suas casas destruídas, e na posse de apenas pedaços de madeira que conseguiram aproveitar dos destroços, teriam subido o morro da Providência, também localizado no Centro, em busca de

uma nova hospedagem. Já havia registros, na época, de casebres no local. Pouco tempo depois, os soldados egressos da Guerra de Canudos se instalaram no morro, com a autorização dos chefes militares. Foi então que, em 1897, quatro anos após a remoção do Cabeça de Porco, a cidade do Rio de Janeiro transformava a sua dinâmica urbana com o recém-nomeado morro da Favella, na Providência (CHALHOUB, 1996, p. 17).

A favela, um dos principais assentamentos urbanos precários brasileiros, é considerada produto da rápida expansão populacional e do déficit habitacional do Rio de Janeiro, no final do século XIX. Contribuíram para isso as circunstâncias do fim das Guerras do Paraguai e de Canudos, a abolição da escravatura e as crises da agricultura. (VALLADARES, 2000, p. 46)

Existem duas versões para a origem do nome do morro da Favella: a primeira se dá pela semelhança das condições de vegetação entre o Monte Santo, na Bahia, de onde vieram os soldados, e o morro da Providência. Em ambos os locais, os novos moradores perceberam a existência da planta favella. A segunda é que “a denominação morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador” (VALLADARES, 2000, p. 9). Em citação a Medina, Queiroz Filho (2011) explica a relação da palavra favela com a situação vivida pelos ex-combatentes:

Como numa metáfora, as incursões diárias contra os inimigos da República em Canudos (seguidores de Conselheiro) foram associadas à batalha contra a má vontade e a indiferença do Quartel General do Exército, localizado próximo ao sopé do Morro da Providência. (MEDINA apud QUEIROZ FILHO, 2011, p. 39)

Data de 1881, antes do surgimento do Morro da Favella, o nascimento da “Quinta do Caju, a Mangueira — que não corresponde à atual e muito conhecida favela da Mangueira — e a Serra Morena [...]” (VALLADARES, 2000, p. 7-8).

Segundo Abreu (1994b:35) - em pesquisa realizada no jornal Correio da Manhã entre 1901 e 1930 -, foi apenas durante a segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo genérico não mais referido, exclusivamente, ao Morro da Favella. Surge, assim, uma categoria nova para designar um hábitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas. (ABREU apud VALLADARES, 2005, p. 26)

Se, por um lado, algumas pessoas consideram que a palavra “favela” evoca uma representação estigmatizada, como explicitada no texto de Valladares (2005), por outro, o conceito de “comunidade”, introduzido no vocabulário urbano para caracterizar esses espaços, pode expressar outra configuração. Para o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, a comunidade é “marcada pela proximidade dos vínculos sociais, como família, vizinhança, amizade” (TÖNNIES apud PINTO, 2004, p. 50). O pensamento reitera a análise de Freire,

quando, em uma pesquisa na favela de Acari, Rio de Janeiro, uma líder comunitária justificou “sua preferência por este termo [comunidade] por considerar que ‘favela é um nome muito pesado’” (FREIRE, 2008, p. 109).

Ainda assim, é possível ter outras interpretações do que é favela:

No Rio de Janeiro, os territórios de favela possuem histórico de luta pela construção de uma identidade cultural própria e pelo reforço das especificidades locais. Nestas regiões ainda persiste um sentido de território bastante particular, distinto talvez do majoritário nas sociedades modernas, com uma apropriação simbólica e muito forte do lugar como marco identitário. (MORAES, 2014, p. 46)

Em conclusão, Freire elucidada:

Em vez de considerar “favela” e “comunidade” como categorias estáticas, deve-se compreender a forma como são operacionalizadas pelos atores, sendo seus sentidos construídos e reconstruídos dinamicamente no cotidiano de suas interações sociais. (FREIRE, 2008, p. 110)

Em concordância com os autores mencionados, esta pesquisa utiliza os termos “favela” e “comunidade” para designar Rio das Pedras.

2.1 A política remocionista das favelas

Se, na época dos cortiços, as remoções se justificavam pela política higienista ou em consequência da violência, com as favelas as argumentações são variadas. Em 2011, o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos divulgou que na cidade do Rio de Janeiro existiam 1035 favelas, que estavam dentro dos limites de 139 bairros (CAVALLIERI; VIAL, 2012)². Até chegarmos a esses números, no entanto, a dinâmica urbana do município sofreu grandes transformações — além disso, devemos considerar que os dez anos que separam os dados da publicação desta pesquisa podem ter gerado aumento ou decréscimo do número de favelas. Para entendermos os principais acontecimentos desses espaços até o final do século XX, utilizaremos o panorama de Valladares (2005, p. 23):

1ª) anos 1930 – início do processo de favelização do Rio de Janeiro e reconhecimento da existência da favela pelo Código de Obras de 1937; 2ª) anos 1940 – a primeira proposta de intervenção pública corresponde à criação dos parques proletários durante o período Vargas; 3ª) anos 1950 e início dos anos 1960 – expansão descontroladas favelas sob a égide do populismo; 4ª) de meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970 – eliminação das favelas e sua remoção durante o regime autoritário; 5ª) anos 1980 – urbanização das favelas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e pelas agências de serviço público após o retorno à democracia; 6ª) anos 1990 – urbanização das favelas pela política municipal da

² Disponível em:

http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF. Acesso em: 30 jun. 2021.

cidade do Rio de Janeiro, com o Programa Favela-Bairro.

Em função do escopo deste estudo, não será possível elucidar todos os períodos expostos acima. O primeiro dessa série de registros que iremos comentar se deu na Ditadura Militar com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em agosto de 1964 (Lei 4.380, de 21/08/1964). “Posteriormente, o banco teve papel-chave na estrutura que sistematizou a política de remoções, cabendo ao BNH o papel de executor das políticas habitacionais, angariando os recursos para remover e assentar os favelados em novos locais” (BRUM, 2010, p. 100). A efetivação da política remocionista, porém, só se deu em 1968 no governo Negrão de Lima com a fundação da CHISAM, Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (BRUM, 2010, p. 100-182).

Sem embargo, a partir de 1968, o ideal remocionista toma forma com a criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), vinculada ao Ministério do Interior (assim como o BNH), com a autarquia assumindo o controle direto de vários órgãos do governo do estado da Guanabara. A criação da autarquia assegurava que a política para as favelas na Guanabara e na região metropolitana, no Estado do Rio, ficaria sob controle do governo federal. (BRUM, 2010, p. 182)

Na época, repudiava a política de urbanização das favelas, que viria a retornar ao debate público anos mais tarde. Brum revela, em sua pesquisa, uma entrevista com Gilberto Coufal, o primeiro coordenador da CHISAM, ao *Jornal do Brasil* em 1971.

Chegou-se à conclusão de que o sistema (*sic*) a urbanização da favela não era psicologicamente favorável, pois os favelados continuavam pensando, agindo e vivendo como favelados. Então, o filho daquele homem que morava na favela, vai crescer mentalmente um favelado. (BRUM, 2013, p. 182)

O objetivo do CHISAM era remover todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976, mas o órgão foi extinto três anos antes. Durante o tempo em que esteve atuante, a coordenação removeu, parcial ou totalmente, 62 favelas, totalizando cerca de 180 mil moradores transferidos para outras áreas da cidade. Os principais destinos eram as zonas Norte e Oeste (PERLMAN apud BRUM, 2013, p. 188).

No caso da Zona Sul da cidade, a favela contrastava com a beleza da paisagem, sendo os favelados um estorvo. Já nas zonas Norte e Oeste, eles poderiam ser de grande utilidade para abastecer de mão-de-obra as Zonas Industriais delimitadas pelo Estado, no que precisariam residir próximo a esse mercado em expansão. A transferência, então, dos moradores das favelas da zona Sul para os conjuntos localizados na zona Norte, particularmente na área da Leopoldina, se conjugaria com uma política de expansão da oferta de empregos nesta região, através da instalação de indústrias. (BRUM, 2013, p. 186)

O enfraquecimento da política de remoções, durante esse período da história, se deu

por motivos de ordem econômica e política, mas também por desconsiderar a dinâmica local desses moradores. Outros fatores são explicados por Brum:

[...] a precariedade das novas habitações; o choque dos transferidos com a vida num novo local; a distância dos postos de trabalho ocupados pelos moradores na época da remoção; a inadimplência por parte dos removidos, que tiveram um aumento brusco nas suas despesas mensais (visto existirem custos extras, como contas de condomínio, luz, água e transporte, que muitas vezes inexistiam na moradia anterior) e muitas vezes perderam o emprego, já que o mesmo se localizava próximo à favela de origem. (BRUM, 2013, p. 189)

Assim, o propósito de extinguir as favelas da cena urbana do Rio de Janeiro parecia dar lugar ao projeto de urbanização desses espaços. O principal marco dessa nova política foi a criação do Plano Diretor, em 1992, na Prefeitura de Marcello Alencar. Em consonância com esse, nascia, em 1993, já na administração de Cesar Maia, o programa Favela-Bairro (BRUM, 2013, p. 192).

O Programa Favela-Bairro (1993) deve ser entendido como uma tentativa de dar respostas à crescente fragmentação do tecido urbano, no qual as favelas eram identificadas, sobretudo, como territórios segregados e desconectados. Esta compreensão era, e ainda o é, potencializada pelo seu reconhecimento como local de concentração do tráfico de drogas e da marginalidade, e pelo juízo, perpetuado pelo preconceito, de que o favelado pertenceria a uma outra esfera social. (IZAGA; PEREIRA, 2014, p. 93)

A nova medida possui um caráter opositor às propostas anteriores e funcionaram com o princípio de integrar a favela à cidade.

O primeiro [princípio] deles é o que reconhece a moradia como um direito do cidadão. Além disso, o entendimento de que a habitação não é somente a casa, a moradia, mas também a integração à estrutura urbana (infraestrutura sanitária, transporte e equipamentos de educação, saúde e lazer), cabendo ao Estado prover essa estrutura urbana. Por último, o pressuposto de que os investimentos públicos em unidades habitacionais deveriam se dar somente quando necessários à melhoria da ambiência urbana e da infraestrutura ou ao enfrentamento de situações de risco. (LEITÃO; BARBOZA; DELECAVE, 2014, p. 6)

Ainda que a ideia inicial do Favela-Bairro não esteja pautada na remoção, a prática não foi abandonada. Em 1994, com Maia na Prefeitura e Eduardo Paes na Subprefeitura de Jacarepaguá, as favelas vizinhas ao Barra Shopping e ao centro comercial Downtown deram lugar aos empreendimentos de classe média (BRUM, 2013, p. 190). Apesar de o episódio contrapor a legislação, se via nas favelas o início da “construção da ordem”, como demonstra Magalhães:

Aquele era um período marcado por uma nova concepção acerca das favelas, no qual emergia o repertório da urbanização que ficaria expresso, inclusive, nas inúmeras legislações que se seguiram, como o Plano Diretor e a Lei Orgânica Municipal, que passaram a conter dispositivos proibindo o recurso da remoção de

favelas. Não à toa, as ações relacionadas à “construção da ordem” na cidade se direcionariam, basicamente, à repressão da ocupação irregular de calçadas e ruas, de veículos estacionados em locais proibidos, à apreensão de produtos ilegais e à segurança pública, com a criação da Guarda Municipal e o cercamento de praças e áreas públicas. (MAGALHÃES, 2015, p. 298)

Compreendido pela Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, o programa Favela-Bairro perdeu força no segundo mandato de Cesar Maia (2001-2005) e chegou a contemplar mais de 150 favelas, totalizando 550 mil moradores atendidos pelo projeto (CONDE; MAGALHÃES apud IZAGA; PEREIRA, 2014, p. 94-95). No entanto, o planejamento não obteve o sucesso esperado, dado que as comunidades continuam se expandindo e o governo não deteve a atuação do poder paralelo.

Por outro lado, como tanto se escreveu a respeito, uma política habitacional pautada na reorganização físico-espacial de uma área carente não é capaz, por si só, de resultar na integração social como reclamada pelo programa. Mais ainda, embora ela possa contribuir para o reconhecimento de certos grupos de atores, ela seria evidentemente incapaz de reverter de uma hora para a outra uma situação de profundas assimetrias sociais. (IZAGA; PEREIRA, 2014, p. 97)

A luta pela moradia não acabaria na gestão de Cesar Maia e colocaria, em primeiro plano, um novo projeto de remoções. Desta vez, não apenas com as justificativas que resumem a favela a um “problema social”³, mas fundamentado também nos grandes eventos esportivos que ocorreram na Prefeitura de Eduardo Paes, especificamente no seu segundo mandato de 2013 a 2016. O Rio de Janeiro foi a cidade escolhida para sediar a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, deixando o município sob os holofotes do mundo. A metrópole estava encerrando um ciclo composto por acontecimentos em nível mundial e isso atingiu, principalmente, os mais pobres.

A cidade sediou os Jogos Pan-Americanos de 2007, os Jogos Militares em 2011, a Conferência da ONU (Rio+20) em 2012, além da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude (com a presença do Papa) em 2013. Neste ano de 2014 realizam-se a Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, os Jogos Olímpicos, comandados pelas instituições privadas Federação Internacional de Futebol Associado - FIFA17 e o Comitê Olímpico Internacional – COI. (GALIZA *et al.*, 2014, p. 10)

Com base no relatório de monitoramento das ações da Secretaria Municipal de Habitação, feito pelo Tribunal de Contas do Município em 2009, Brum (2013) percebe a existência de três alegações que justificam o fim da favela: as construídas em área de preservação ambiental, a violência que dificulta a entrada do Poder Público e as condições do Plano Olímpico para as Olimpíadas de 2016, impostas pela FIFA e pelo COI. Incluía-se nas exigências a “transformação urbana e mudanças nas leis de caráter urbanístico, jurídico e de

³ Expressão utilizada no samba escrito por Noca da Portela e Sergio Moca, em 1992.

segurança” (TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO apud BRUM, 2013, p. 196).

O planejamento, anunciado pela Prefeitura em 2010, revelava que 119 favelas seriam removidas da cidade (BRUM, 2013, p. 194). No ano seguinte, em matéria publicada pelo G1, o órgão afirma que as retiradas fazem parte de uma “política habitacional” e indicou alternativas para as famílias afetadas pelo processo:

[...] indenização pelo imóvel derrubado; aquisição assistida, quando a Prefeitura acompanha o processo de compra de outro imóvel; ou o aluguel social, no valor de R\$ 400, enquanto aguardam o reassentamento definitivo. (LAURIANO, 2011)⁴

No entanto, como observado na reportagem citada e em outras veiculadas na época, muitos moradores ficaram insatisfeitos com as propostas. O artigo de Galiza, Vaz e Silva (2014, p. 12) demonstra alguns movimentos contrários ao projeto de remoções.

Movimentos formados por instituições diversas, ONGs, e universidades têm cooperado e se manifestado em solidariedade aos moradores. Foi elaborado o Plano Popular da Vila Autódromo, amplamente discutido com a comunidade, que comprovou a viabilidade da implementação de um projeto de urbanização e recebeu o 1º lugar do concurso Deutsche Bank Urban Age Award Rio 2013. Apesar disso, a Prefeitura reiniciou a demolição de várias casas, alegando pertencerem a famílias interessadas em mudar-se para um conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, financiado pela Caixa Econômica Federal.

A Zona Oeste e a Zona Portuária foram as áreas que concentraram os grandes projetos da Prefeitura. A primeira foi marcada pela abertura de vias expressas e a construção da Vila Olímpica e Paraolímpica, enquanto a Zona Portuária ficou conhecida pela fundação do Porto Maravilha. O período também ficou conhecido pela gentrificação dos locais e afetou, novamente, os moradores que não tiveram condições econômicas para permanecerem nas áreas. Para as autoras, em consonância com Neil Smith, o Porto Maravilha se concentra na segunda onda do processo de gentrificação, e o governo federal junto com a Caixa Econômica “contribuem para aumentar os riscos de exclusão social dos pobres urbanos sendo que, em muitos casos, as remoções foram promovidas pela própria política municipal de habitação” (SMITH apud GALIZA; VAZ; SILVA, 2014, p. 11-15).

Um dos casos mais emblemáticos aconteceu na Zona Oeste, na Vila Autódromo. O local, que na época abrigava mais de 500 famílias, lutava há mais de 20 anos pela permanência das suas casas. Com a chegada das Olimpíadas de 2016, os moradores buscaram o apoio do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC/IPPUR/UFRJ) e o

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/remocao-de-familias-para-obras-da-copa-e-das-olimpiadas-gera-polemica.html>. Acesso em: 07 jun. 2021.

Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF) e apresentaram a possibilidade de urbanização. Esse estudo foi chamado de Plano Popular - Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural. A gestão de Eduardo Paes chegou a negociar com as famílias, mas logo vieram as ameaças e o ano de 2016 começou com apenas cerca de 50 casas na Vila Autódromo (TANAKA, 2016)⁵. Para preservar a memória da comunidade, os moradores criaram o Museu das Remoções (CONHEÇA..., 2019)⁶.

Essa, no entanto, não foi a única favela removida. Destaca-se também:

Vila Harmonia, Vila Recreio II, Notre Dame (todas no Recreio dos Bandeirantes – Zona Oeste), Vila União (Barra da Tijuca), Favela da Guaratiba (Guaratiba – Zona Oeste), Largo do Campinho, Vila Quaximã e Vila das Torres (Madureira – Zona Norte), Terra Nostra (Parque Colúmbia/Pavuna – Zona Norte), Favela do Sambódromo (Centro), Sítio Amizade (Cidade de Deus – Zona Oeste), Favela Guacha (Jacarepaguá – Zona Oeste) e Largo do Tanque (Jacarepaguá – Zona Oeste). Entre as parcialmente removidas ou em processo de remoção (algumas o processo foi interrompido judicialmente) estão a Restinga (Recreio dos Bandeirantes), Estradinha-Tabajaras (Botafogo – Zona Sul), Laboriaux (Rocinha – Zona Sul), Torre Branca (Morro dos Prazeres), Favela Metrô-Mangueira (Maracanã – Zona Norte), Morro do Urubu (Zona Norte) e Morro da Providência (Centro). (MAGALHÃES, 2013, p. 93)

Em conclusão, os megaeventos esportivos foram fator determinante para a exclusão de mais de uma dezena de favelas cariocas. Independentemente da justificativa atribuída para a atuação da política de remoção, é concreto afirmar que tais espaços receberam outros status com suas novas construções. Com base na literatura apresentada, esta pesquisa convida a refletir qual é o lugar que a população pobre ocupa na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que suas moradias tiveram (por meio da luta e resistência) que dar lugar para edifícios de grandes corporações e pontos turísticos.

2.2 A favela de Rio das Pedras: passado e presente da terceira maior do país

Localizada na divisa dos bairros Itanhangá e Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a favela de Rio das Pedras começou a ser ocupada no final da década de 1960 às margens do rio que dá nome à comunidade. Com a sua expansão, fruto de um desacordo entre os moradores e o governador da Guanabara, Negrão de Lima, a favela hoje se estende até os arredores da Lagoa da Tijuca. Sua história se destaca por dois fatores: a forte presença de imigrantes nordestinos, que corresponde a 60% do total de moradores, e a ausência do tráfico de drogas (BURGOS, 2002, p. 34-36). Segundo a Prefeitura do Rio (2012), Rio das Pedras é a

⁵ Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2016/06/22/vila-autodromo-remocao-e-resistencia>. Acesso em: 01 jun. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z0e9EmxlpMU>. Acesso em: 20 maio 2021.

terceira maior favela do país, com 63.484 moradores, de acordo com o último censo do IBGE, realizado em 2010 (CAVALLIERI; VIAL, 2012)⁷. O dado contrapõe o número informado pela Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP) que, em entrevista à autora, indica que a comunidade possui 170 mil habitantes (GONÇALVES, 2021)⁸.

Figura 1 - Imagem de satélite da favela de Rio das Pedras



Fonte: Google, 2021

O processo de ocupação da favela de Rio das Pedras se iniciou em 1969 com a desapropriação do terreno que se tornaria a Rua Velha, a primeira subárea da comunidade. O acordo feito com o então governador da Guanabara, Negrão de Lima, impôs demarcações na área que viriam a ser desrespeitadas no ano seguinte. Ao longo dessa nova década, o poder público ainda teria protagonismo na formação da nova favela e, na sua ausência, a associação de moradores e os novos habitantes conquistaram, rapidamente, os seus espaços. Além desse primeiro núcleo, Rio das Pedras ainda é formado por outras grandes áreas: Vila dos Caranguejos, Areal I, Areal II, Areinha, Pantanal e Pinheiro (BURGOS, 2002, p. 36-45).

Durante o processo de ocupação, um episódio merece destaque. Em 1990, o grupo Delfim, responsável pela construção de um grande condomínio para a classe média na região, pleiteou o empossamento de um terreno vizinho que provocou a inquietação dos moradores. Em acordo com a Prefeitura, ficou decidido que metade do espaço ficaria para o poder

7 Disponível em:

http://portaleo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF. Acesso em: 30 jun. 2021.

8 Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 19 de maio de 2021.

público construir casas para os moradores do Areal I, e a outra parte com a empresa (BURGOS, 2002, p. 40-41).

Porém, com o descumprimento pela construtora, que começou a ocupar toda a área em benefício próprio, os residentes ocuparam os prédios da Delfim por um mês. O episódio, que acabou com a ação violenta da polícia, culminou num acordo com a Prefeitura conquistando para a comunidade o espaço da Areinha, Areal II e o Pinheiro (BURGOS, 2002, p. 41).

A última área a ser ocupada foi o Pantanal, em 1998, nas margens da Lagoa da Tijuca, caracterizado pela superfície “movediça, e frequentemente invadida pelas cheias da maré” (BURGOS, 2002, p. 42). Ainda que o episódio tenha mais de duas décadas, hoje são notórios os contínuos sinais de expansão da favela.

O estudo do processo da ampliação do território de Rio das Pedras revela que, movido pelo pragmatismo político e pela total falta de planejamento, o poder público acabou patrocinando a construção da favela. Nessa estranha lógica, a favela não surge como decorrência da falta de política habitacional, mas como resultado de uma política habitacional deliberada, que delega à associação de moradores o papel de organizar uma nova ocupação e regular o espaço. Reitera-se, assim, uma prática bastante tradicional no Rio de Janeiro, de fazer da associação de favela uma extensão do poder público, submetendo seus moradores a um outro tipo de poder, baseado na informalidade em relações interpessoais. (BURGOS, 2002, p. 45)

Conforme o exposto, a consideração de Burgos constata que a favela foi formada por concessões do poder público em parceria ou, por vezes, em desacordo com a associação de moradores, que possui um papel decisivo na criação deste território. No entanto, em oposição ao que foi apresentado, mas ainda em consonância com a pesquisa que o sociólogo apresenta em *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*, houve a falta de uma política habitacional. O pressuposto se justifica uma vez que a história é marcada por descumprimentos da Prefeitura, concessão de espaços sem planejamento e, como Burgos afirma, a transferência de poder para a associação, que não tem a função legal do controle que deveria ser assumido pelo Estado (BURGOS, 2002, p. 71).

Essa observação contempla a permanente expansão de Rio das Pedras, que vem acontecendo longe da fiscalização dos órgãos administrativos. Em matéria exibida no RJTV em 3 de junho de 2021, após um episódio de desabamento que deixou duas vítimas fatais, o telejornal compara a expansão imobiliária entre 2004 e 2019 (IMAGENS..., 2021)⁹. Para entendermos o que tornou Rio das Pedras, localizado entre a Lagoa da Tijuca e o Maciço homônimo, a terceira maior favela do país, precisamos considerar as transformações que

9 Disponível: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/03/imagens-mostram-a-expansao-imobiliaria-na-regiao-de-rio-das-pedras-em-15-anos.ghtml>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ocorreram na cidade do Rio de Janeiro.

2.2.1 Um pedaço do Nordeste na favela carioca: a coexistência de duas regiões

Dentre os estudos que tratam sobre Rio das Pedras, muitos são os que comentam a indissociável presença nordestina na construção e no cotidiano da favela. Em um rápido passeio pela comunidade é fácil perceber a influência no comércio, que vende alimentos e produtos típicos da região, e com mais um pouco de profundidade, como relatado nos estudos que iremos apresentar, muitos imigrantes se conheceram antes de chegarem às terras cariocas. Segundo Burgos (2002, p. 56), cerca de 60% dos moradores são nordestinos, sendo a maior parte deles da Paraíba e do Ceará.

Entre as décadas de 1930 e 1980 se percebe um intenso deslocamento de outras áreas do país para o Sudeste, em especial para São Paulo, que vivia um atraente processo de industrialização, e para o Rio de Janeiro, com boas oportunidades de emprego. Essa realidade se contrapõe ao período de seca — e suas consequências — que o Nordeste sofria naquele momento (VALIM apud ANGELO; FOGAÇA; BARBOSA, 2020, p. 173).

É importante destacar que, embora fluxos de retorno tenham sido percebidos pelos censos dos anos 2000, ampliados pela reestruturação de políticas econômicas dos anos 1990, a história da cidade do Rio de Janeiro está entremeada pela migração e a exclusão social, dirigidas a classes sociais específicas, com expressiva quantidade de nordestinos que vivem nas áreas periféricas. Nessa esfera, o Nordeste do país passa a ser uma região que, indiferentemente de números, adequadamente revelados sobre cada Estado/cidade e região de onde partiram, é considerada ícone de mobilidade humana, favorecida durante anos de atração ao Sudeste. Destarte, a cidade do Rio de Janeiro, expressiva em números de nordestinos, teve significativa influência dessa população migrante no desenvolvimento de seus bairros e territórios, a qual (trans)formou e/ou (re)construiu espaços com nova produção simbólica, cultural, econômica e social. (ANGELO; FOGAÇA; BARBOSA, 2020, p. 170)

Esse fluxo migratório é observado também por Burgos, em pesquisa realizada pelo Departamento de Sociologia e Política da PUC-RIO na favela de Rio das Pedras. Para o autor (2002, p. 56), nos anos de 1980 e 1990 muitos lotes de terreno foram abertos e “reservados para parentes, que, com isso, já chegam ao Rio de Janeiro com a garantia de um pedaço de terra para habitar.” Para assegurar a permanência na cidade, logo se busca uma oportunidade de emprego.

Em 1996, Rio das Pedras representava 30% da população residente em favelas da Área de Planejamento 4, constituída por 18 bairros, e considerada uma importante mão-de-obra barata da região. Para o autor, ainda que a favela esteja localizada na divisa com os bairros Itanhangá e Jacarepaguá, “podemos associar diretamente seu crescimento ao desenvolvimento econômico e populacional do bairro da Barra da Tijuca” (BURGOS, 2002,

p. 96-98).

Estes números indicam que a população de Rio das Pedras dispõe, em seu entorno, de um mercado de trabalho diversificado. De um lado, a Barra da Tijuca oferece possibilidades de ocupação no setor da construção civil e de serviços, enquanto os bairros da Região Administrativa de Jacarepaguá oferecem possibilidades de emprego em atividades industriais. (BURGOS, 2002, p. 100)

Isso porque o desenvolvimento de Rio das Pedras e da Barra da Tijuca aconteceu no mesmo período. Há pouco mais de dez quilômetros dos moradores que ocupavam o lote de terreno na favela, Lúcio Costa elaborava o Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá. O ano era 1969, apenas nove anos depois da inauguração de Brasília, também planejada sob o ideário modernista do arquiteto e, segundo fontes oficiais, um dos objetivos era evitar que a cena urbana de Copacabana, Ipanema e Leblon se repetisse: “um processo intenso de construção e adensamento” (COSTA apud REZENDE; LEITÃO, 2014, p. 3).

[...] a expansão de Barra da Tijuca e Jacarepaguá foram marcadas por uma perspectiva de ordenação urbana, cuja matriz esteve contida em um Plano Piloto que previa um processo de urbanização associado à preservação do meio ambiente, de modo a valorizar as belezas naturais e características típicas dessa região. (FARIAS, 2007, p. 17)

No entanto, se o pensamento modernista propagava “transformar as relações sociais a partir de novas espacialidades”, a urbanização da Barra da Tijuca caracterizava um processo de segregação social. A situação se dá, em primeiro plano, pelas diferentes valorizações do solo e, por conseguinte, dos consumidores dos empreendimentos locais. Em seguida, pela venda de uma “qualidade de vida”, que passou a colocar nos espaços privados construções de ordem pública, como praças e ruas. “Surgem, dessa forma, espaços exclusivos – e excludentes – que privam, deliberadamente, seus moradores do contato com outros extratos sociais.” (REZENDE; LEITÃO, 2014, p. 10). Em resposta a essa prática pautada na soberania do capital e no incentivo à individualidade, Raquel Paiva sugere a ideia de “comunidade gerativa” em conformidade ao conceito de “comunidade” proposto por Ferdinand Tönnies.

A comunidade gerativa propõe-se a agir em resposta ao atomismo social, à política centrada no mercado e ao predomínio de um Estado gerencial e burocrático. Já se esboçava uma reinterpretação do conceito tradicional de comunidade formulado por Ferdinand Tönnies (1979), resgatando facetas como a vinculação social e a preocupação territorial, que engendram a preocupação com o patrimônio cultural. Já estavam presentes nessa proposta aspectos da sociabilidade que parecem ter perdido sentido e que passam a ser o enfoque central, como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, cooperação e generosidade. (PAIVA, 2013, p. 250)

Foi, então, nesse contexto de ascensão da Barra da Tijuca e lidando com as particularidades da sua urbanização, que moradores da recente favela de Rio das Pedras

encontraram oportunidades de ingressar no mercado formal.

A Barra da Tijuca, na época, se destacava com um dos dez melhores bairros da cidade em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, com 0,886. No contexto da estrutura social brasileira, trata-se de um bairro basicamente habitado por segmentos de “classe média” e “classe média-alta”, o que se traduz em uma maior oferta de trabalho para os moradores das favelas da região, especialmente na área de serviços e de trabalhos domésticos. Não por acaso, como mostra o survey realizado pela PUC-Rio, 40% das ocupações dos habitantes de Rio das Pedras referiam-se a atividades no setor de serviços como domésticas, porteiros, garçons, vendedores e jardineiros. A favela de Rio das Pedras torna-se, assim, uma fonte de mão-obra barata para a região. (BURGOS, 2002, p 101)

Assim como os imigrantes tiveram intensa participação no processo de ocupação e expansão de Rio das Pedras, sua influência também reflete no aspecto cultural da comunidade. Os comércios e as músicas do local de origem se transferem para as ruas e vielas favela.

Figura 2: Casa de produtos nordestinos em Rio das Pedras



Fonte: Foto da autora, 2021

Apesar dessa forte atuação nordestina, é possível encontrar em Rio das Pedras os mais diversificados empreendimentos. De acordo com o estudo realizado pela PUC-RIO, em 2002, existia na comunidade mais de 1100 estabelecimentos comerciais. A pesquisa ainda aponta

que 4% dos moradores adultos tinham seu próprio negócio e que cerca de 10% da população adulta trabalhava no comércio local (BURGOS, 2002, p. 67). Dentre os estabelecimentos identificados, destacam-se:

Além das biroskas e vendas típicas, a favela abriga um extenso e diversificado comércio e serviços, incluindo creches, escolas, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, escritórios de advocacia, empresas de informática, imobiliárias, pontos de vendas de passagens de ônibus interestaduais, muitas locadoras de vídeos, papelarias, lojas de materiais de construção, cabeleireiros, manicures e boutiques, casas de dança e de shows, restaurantes, lojas de discos, farmácias, oficinas mecânicas, cooperativa de transporte alternativo, rádios comunitárias, tv a cabo, fábricas de móveis, etc. (BURGOS, 2002, p. 67)

Em contraste com os inúmeros bares que tocam forró na comunidade, moradores de Rio das Pedras e de outras áreas da cidade frequentavam o Castelo das Pedras. O local, que combinava baile funk e uma expressiva diversidade de visitantes, de variados pontos da cidade, acabou em 2018, após 25 anos de atividade (GAMA, 2018)¹⁰. Ao descrever o empreendimento, que antes de ser demolido era situado na descida do Pinheiro, na Rua Nova, Burgos (2002, p. 195) acrescenta que o local abrigava três rádios comunitárias, funções que deixaram de existir antes do seu fechamento. Atualmente, os moradores da região e adjacências encontram outros espaços que, apesar de não terem o reconhecimento e a extensão do Castelo das Pedras, oferecem apresentações semelhantes.

Ao descer uma rua das ruelas íngremes, no limite entre Pinheiros e o núcleo original de Rio das Pedras, um grande galpão com grandes portões de ferro, onde se lê na fachada “Castelo das Pedras”. Ali, durante o dia, funciona uma das três rádios comunitárias da Favela, um dos meios de comunicação, voltados para a utilidade pública local. Mas, nas noites de final de semana, principalmente aos sábados, é onde encontramos talvez o mais expressivo referencial que o asfalto do Rio de Janeiro tem da favela de Rio das Pedras. Um famoso baile funk, que é sabidamente frequentado pela classe média carioca. O fato de o funk ser parte integrante da cultura popular carioca já foi apontado por Hermano Vianna há mais de uma década, e pode ser constatado ali. No entanto, o fenômeno a ser apontado aqui é o grande contingente de cariocas de outras áreas, inclusive da Zona Sul e da Barra da Tijuca, incluídas algumas personalidades públicas, que frequentam aquele baile atraídos principalmente pela garantia de segurança! Isso mesmo, segundo diversos informantes, o baile na favela de Rio das Pedras é totalmente seguro e tranquilo, sendo essa uma das causas do grande sucesso e popularidade do mencionado “Castelo”. (BURGOS, 2002, p. 195 - 196)

2.2.2 Chuvas em Rio das Pedras: vulnerabilidade e ausência do poder público

A ocupação desordenada é um dos principais fatores para as profundas mudanças climáticas do último século. Em análise realizada entre os anos 2007 e 2010, com base nas notificações à Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Rio de Janeiro foi o estado com maior

¹⁰ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baile-funk-do-castelo-das-pedras-acaba-depois-de-25-anos-23148717.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

número de vítimas atingidas por acidentes naturais. Algumas medidas, como “ocupação ordenada do território, prevenção, monitoramento, alerta e preparo da população para situações de risco podem reduzir prejuízos e perdas de vidas” (ULTRAMARI; HUMMELL, 2011; NETO, 2012 apud AMORIM; QUELHAS; MOTTA, 2014, p. 520). O que iremos tratar neste estudo são as condições que elevam a frequência de enchentes em Rio das Pedras.

Segundo Garcia *et al.*, foi a conexão entre a área urbana e a floresta, percebida com a expansão territorial no século XX, que ocasionou os desastres socioambientais que conhecemos hoje. Isso se dá porque essa intervenção humana no solo modifica a “dinâmica hidrológica natural da região, com episódios recorrentes de deslizamentos de terra, sobretudo em períodos chuvosos” (GARCIA *et al.*, 2016, p. 30). Deste modo, retornamos a Rio das Pedras que presencia, costumeiramente, tais eventos. Ainda de acordo com o autor, em menção à Mena, a favela, que é situada entre a Lagoa da Tijuca e o Maciço homônimo, possui um histórico de ocorrências:

Pesquisas relativas ao assoreamento da Lagoa da Tijuca, onde desembocam os rios que percorrem a área de estudo [Alto da bacia do rio das Pedras], confirmam a magnitude do problema de transporte e acúmulo de detritos nas lagoas de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, como resultado dos deslizamentos registrados no Maciço da Tijuca, nos anos 1966-1967 e 1996. (MENA apud GARCIA *et al.*, 2016, p. 33)

As intensas chuvas que ocorreram em fevereiro de 1996 são, ainda hoje, consideradas um dos episódios mais devastadores nas vidas dos cariocas. Os escorregamentos, presentes em diversos pontos dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca, deixaram 52 pessoas mortas e mais de cem casas destruídas (AMORIM; QUELHAS; MOTTA, 2014, p. 525).

Segundo Costa (2001) as enchentes e alagamentos nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 1996 foram as de maior magnitude. No dia 13, houve elevação do nível dos rios do bairro de Jacarepaguá, que apresentam pequena capacidade de escoamento, afetando as residências construídas imprópriamente junto às margens. No dia 14, do total precipitado, 200mm ocorreram em somente 8 horas. Grandes blocos de pedra e elevado volume de terra desceram das encostas, mesmo dos trechos protegidos com vegetação natural, vindo obstruir as calhas dos rios. Nas áreas de baixada, os leitos dos rios deixaram de existir, nivelando-se aos terrenos marginais. O saldo foi de 1500 desabrigados e 59 mortes em toda cidade. (COSTA apud CASTRO; DIAS, 2018, p. 695)

A frequência desses eventos em Rio das Pedras se explica pela “combinação de fatores geológicos, geomorfológicos e bióticos somados à infraestrutura inadequada, escoamento de águas pluviais, despejo de esgoto e acúmulo de lixo nas encostas [...]”. Além disso, a ausência de manutenção da drenagem do rio que atravessa a favela continua alimentando o processo de inundação (GARCIA *et al.*, 2016, p. 30). Dias e Castro (2017, p.

696-697), em pesquisa realizada em Rio das Pedras, comentam que, para impedir a passagem de água durante as chuvas, os comerciantes instalavam comportas para amenizar os prejuízos em suas lojas. Ainda segundo os autores, moradores relatam que os problemas se intensificaram após a cobertura do canal que atravessa a comunidade. Em correlato, se comparado os anos de 2006 e 2016, houve uma redução de 85,98% da área vegetada e 45% do espelho d'água que compunha a favela.

O acesso aos serviços urbanos de infraestrutura na maioria das favelas do Rio de Janeiro está ainda mais longe dos padrões exigidos para os bairros regulares nas áreas circunvizinhas. Enquanto a maioria dos bairros tem acesso à água encanada, coleta de lixo e ao sistema de esgotamento sanitário e de drenagem, mesmo que ainda inadequados e insuficientes; nas favelas as condições são ainda mais precárias. O esgoto muitas vezes flui em valas a céu aberto através das vias e vielas, que também servem como canais de drenagem para as águas pluviais, aumentando o risco de doenças de vinculação hídrica. (GARCIA *et al.*, 2016, p. 30)

Figura 3 - Rio que deu nome à comunidade entre o final da Areinha e Areal II



Fonte: Foto da autora, 2021

Em março de 2020, o então prefeito Marcelo Crivella e o Centro de Operações Rio (COR) anunciaram medidas de contenção de novas enchentes nas regiões de Jacarepaguá,

onde é localizado Rio das Pedras, e Realengo. A ação foi realizada após a forte chuva que acometeu a cidade dias antes. Dentre as medidas que contemplam a nossa área de estudo, se destaca a dragagem dos rios, ação de relevância para evitar desastres naturais, como já explicitado (MEDIDAS..., 2020)¹¹. No entanto, em matéria publicada pela Agência Lume, quase um ano após o acontecido, a Rio-Águas (órgão vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente da cidade) informou que não havia previsão de quando o estudo do solo do rio das Pedras seria realizado para, então, limpar o canal que atravessa a comunidade (CALÉ, 2021a)¹².

Em conclusão, se ressalta a importância da atuação da Prefeitura, junto a Defesa Civil, para reparar os danos causados pelas chuvas e evitar novos desastres.

2.2.3 Um breve panorama atual

No momento em que esta pesquisa foi realizada, um prédio de cinco andares desabou na comunidade de Rio das Pedras, na madrugada de 3 de junho de 2021. Na tragédia, morreram Natan Gomes, de 30 anos, e sua filha Maitê, 2 anos. O terreno foi comprado pelo pai do rapaz há mais de duas décadas, no qual, tempos depois, construiu o edifício com o objetivo de dar um lar para a família, segundo o depoimento que deu à polícia. A prática se constitui como irregular, por não ter contado com o trabalho de profissionais e nunca ter sido feita a planta do imóvel. O dono e pai da vítima possui uma história semelhante às já apresentadas neste estudo: cearense, ele cursou até o terceiro ano do ensino fundamental, pois precisou ajudar nas despesas de casa. Aos 18 anos mudou-se para o Rio de Janeiro e, desde então, trabalhou de vigia de obra a vendedor de água, entre outras profissões (COELHO; SILVEIRA, 2021)¹³.

Uma semana após do ocorrido, moradores desocuparam outro imóvel, desta vez na subárea Areal 1, após ouvirem estalos na sua estrutura. Após a vistoria, a Prefeitura iniciou a demolição manual de dois pavimentos do prédio (CALÉ; PEREIRA, 2021)¹⁴. Os eventos reacenderam as discussões sobre a ausência de uma política habitacional para os moradores de favelas, dado que as construções irregulares são correntes não só em Rio das Pedras, mas

¹¹ Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-anuncia-medidas-contras-enchentes>. Acesso em: 31 maio 2021.

¹² Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/rio-que-da-nome-a-comunidade-de-rio-das-pedras-esta-assoreado>. Acesso em: 31 maio 2021.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/04/dono-de-predio-que-desabou-em-rio-das-pedras-no-rio-admite-a-policia-que-obra-de-construcao-era-irregular.ghtml>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/prefeitura-inicia-demolicao-de-parte-de-predio-com-problemas-estruturais-em-rio-das-pedras>. Acesso em: 12 jul. 2021.

em outros aglomerados urbanos. A situação resgata os debates, ainda em 2017, na gestão de Marcelo Crivella, quando o então prefeito planejava verticalizar o Rio das Pedras, e pretendia construir 30 mil apartamentos e salas comerciais em condomínios (EM MEIO..., 2017)¹⁵. Após manifestações e audiências públicas, Crivella não seguiu com a intervenção.

Um das principais críticas se dirigia à tipologia de edifícios com 12 pavimentos, que inclusive exigiria elevadores, o que ampliaria, inclusive, os custos de manutenção e condomínio, além de promover uma ruptura espacial na comunidade, onde as relações de vizinhança – amizade, solidariedade e comunhão – tão comuns na favela tenderiam a se desfazer, incluindo aí as relações do comércio popular dentro da comunidade. (BIENENSTEIN, G.; SOUSA; BIENENSTEIN, R., [2018], p. 17)

Diante da negativa, outro projeto foi apresentado para a população. Neste, o plano era otimizar o cenário urbano, melhorar as condições de saneamento e conter a poluição na Lagoa da Tijuca. Sobre esse último ponto, Crivella disse, em entrevista para O Globo, em 28 de outubro de 2017, que “Por falta de tratamento de esgoto, aquela região [Rio das Pedras] se transformou em uma espécie de latrina da Barra. A proposta é mudar isso.” (EM MEIO..., 2017)¹⁶.

Ainda que a ingerência acima não tenha sido realizada, Rio das Pedras permanece com significativas transformações. Hoje, duas Clínicas da Família atendem a população, são elas Helena Besserman Vianna e Otto Alves de Carvalho, além de um Centro de Imagens, inaugurado durante a pandemia do COVID-19 (CALÉ; MELO, 2020)¹⁷. No âmbito da educação, segundo levantamento realizado pelo Google, existem hoje na comunidade sete escolas públicas municipais — sendo dois CIEP’s — e duas estaduais — uma delas dividindo o turno com o município.

Paralelo às ações do poder público, se destacam na favela as atividades via Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP). Os associados contam com cursos que vão de ballet a aulas de reforço escolar, como relata Gonçalves (2021)¹⁸. Porém, devido à pandemia do coronavírus, alguns serviços estão suspensos. Também com ações interrompidas durante este período, mas funcionando para empréstimo de livros, está a Biblioteca

¹⁵ Disponível: <https://oglobo.globo.com/rio/em-meio-polemica-crivella-desiste-de-projeto-para-verticalizar-rio-das-pedras-22005207>. Acesso em: 24 maio 2021.

¹⁶ Disponível: <https://oglobo.globo.com/rio/em-meio-polemica-crivella-desiste-de-projeto-para-verticalizar-rio-das-pedras-22005207>. Acesso em: 24 maio 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/centro-de-imagem-%C3%A9-inaugurado-em-rio-das-pedras>. Acesso em: 11 maio 2021.

¹⁸ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 19 de maio de 2021.

Comunitária Wagner Vinício (RIBEIRO; TAVARES, 2021)¹⁹.

Uma pesquisa realizada pela Prefeitura do Rio, em parceria com o Ibope, em meados de 2020, concluiu que 25% da população de Rio das Pedras testou positivo para o coronavírus e, desses, 0,2% dos casos foram letais. As amostras aleatórias foram aplicadas em outras comunidades que, assim como a do nosso estudo, possuem alta concentração populacional e se encontram em vulnerabilidade social (LOPES, 2020)²⁰. Como em outras partes da cidade, a pandemia também trouxe prejuízos econômicos para os moradores. Em vista disso, o Governo Federal criou o Auxílio Emergencial, destinado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais, desempregados e autônomos (PERGUNTAS..., 2021)²¹. No entanto, como acentuam Fleury e Menezes, potenciais beneficiários tiveram atraso na aprovação do recurso ou, ainda, não conseguiram.

Embora o auxílio emergencial tenha sido aprovado em março, depois que o Congresso triplicou o valor proposto pelo Executivo, houve dificuldades para efetuar o cadastramento, gerando enormes filas na CEF, aumentando, assim, o risco de contágio. Muitos também tiveram o auxílio negado, e o governo se viu obrigado a montar um sistema para pessoas que tiveram auxílio negado poderem contestar por telefone, pelo site ou nas agências dos Correios. Porém, os beneficiários só começaram a receber a primeira parcela do auxílio emergencial dois meses após o início da quarentena. (FLEURY; MENEZES, 2020, p. 5)

Em consonância com o argumento acima, Bastos *et al* busca analisar as consequências da ausência do poder público nas favelas, sobretudo, no período pandêmico.

O abandono das favelas por parte do poder Estatal faz com esses espaços se tornem regiões muito afetadas pela pandemia do coronavírus, isso ocorre devido à omissão e o abandono. Um fato que explicita esse abandono são as ações que estão sendo tomadas pelos próprios trabalhadores em relação à prevenção do coronavírus. Essas ações se baseiam em algumas frentes como o compartilhamento e coleta de informações; recolhimento de doações para compra de alimentação e materiais de limpeza; medidas educativas sobre a importância do racionamento de água; monitoramento de pessoas que são consideradas do grupo de risco. (BASTOS *et al.*, 2020, p. 124)

Enquanto o “compartilhamento e coleta de informações” podem ser identificados no trabalho jornalístico da Agência Lume, nosso objeto de estudo, e em outros coletivos da comunidade, o “recolhimento de doações para compra de alimentação e materiais de limpeza” foi noticiado pelo próprio veículo, ratificando a sua importância durante a pandemia do

19 Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/destaque-da-comunidade-biblioteca-comunitaria-wagner-vinicio>. Acesso em: 14 jun. 2021.

20 Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/cidade-de-deus-campea-de-casos-positivos-de-coronavirus-em-quatro-comunidades-analisadas-pela-prefeitura-24492893.html>. Acesso em: 13 jun. 2021.

21 Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 23 maio 2021.

coronavírus (BASTOS *et al.*, 2020, p. 124). Dentre os projetos sociais que atuam na favela de Rio das Pedras, destacam-se o Semeando Amor, com a iniciativa da Cozinha Solidária, e o Cine e Rock, com doação de cestas básicas (CALÉ, 2020a)²². A motivação que nutre esses voluntários é descrita por Cunha:

Tributários também da experiência comum de morar num espaço desenhado a muitas mãos, sempre a construir, resultante de projetos aonde trabalho e luta, vida pessoal e social, se inter cruzam num mesmo esforço conjunto. Experiência de quem sabe o que diz o poeta J. Cabral de Melo Neto, que “um galo sozinho não tece a manhã”. Registros que evocam ainda a vivência de condições de vida semelhantes que configuram arranjos feitos na esfera da vizinhança e mesmo local. Arranjos, inscritos em determinadas experiências históricas e informadas por processos identitários que configuram diferentes papéis sociais. (CUNHA, 2005, p. 186)

De acordo com a literatura apresentada, a favela de Rio das Pedras foi construída por concessões do poder público em articulação com a associação de moradores ou, por vezes, descumprindo promessas que acabaram culminando na expansão do território. A sua extensão oportuniza a coexistência de diversas favelas dentro de uma só e seus diferentes níveis sociais são facilmente percebidos através das construções (BURGOS, 2002, p. 73). Neste mesmo sub-bairro, localizado na divisa entre Jacarepaguá e Itanhangá, ocupado em maior parte por migrantes nordestinos, abriga condomínios, como o Moradas do Itanhangá e o Floresta, e barracos em estrutura de madeira. Em suma, apesar do intenso ritmo comercial, a desigualdade econômica, a ausência do poder público e a carência de atividades educativas e culturais impactam diretamente no desenvolvimento da comunidade.

²² Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/projetos-sociais-de-rio-das-pedras-na-luta-contra-a-fome>. Acesso em: 13 jun. 2021.

3 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Como sugere Ansel e Silva, a pluralidade de visões é elemento fundamental para o exercício pleno da democracia. Sua efetivação acontece quando existem meios que possibilitam um debate acessível, justo e múltiplo. É através do jornalismo que isso se cumpre. No entanto, o “controle exercido por grandes conglomerados de mídia sobre a difusão de narrativas usadas na construção de identidades sociais e imaginários coletivos” impede a representação plural da qual necessitam os sujeitos (ANSEL; SILVA, 2012, p. 6).

Nesse sentido, os autores se referem ao oligopólio presente na mídia brasileira e que, ainda, vai em oposição ao que se estabelece na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 220, §5º que diz: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente ser objeto de monopólio ou oligopólio.” (SENADO FEDERAL, 1988)²³. Entende-se por oligopólio, segundo o direito econômico, quando o mercado é dominado por um número reduzido de agentes, e monopólio quando é dominado por apenas um agente (BAGNOLI apud AMARAL; MACHADO, 2018, p. 634).

De acordo com Amaral e Machado (2018, p. 637), a mídia brasileira se constitui como um oligopólio clássico, ou seja, quando poucas empresas estão “dominando determinado produto ou serviço, sem outras concorrentes no mercado”. A afirmação é consolidada com base nos dados apresentados, em 2016, por Belo e Ribeiro, que dizem que menos de dez famílias detém o controle dos veículos de comunicação no Brasil. Também chamado pelas autoras de monopólios regionais, o sistema traz grandes prejuízos à democracia, pois repercute “uma única visão, um único discurso, impedindo as vozes dissonantes.” (AMARAL; MACHADO, 2018, p. 634).

No setor de mídia tradicional, a Rede Globo é considerada o maior conglomerado de comunicação do Brasil. De acordo com seu Atlas de Cobertura 99,51% dos aparelhos recebem a programação da emissora e 98,56% dos municípios são atingidos pelo seu sinal de TV analógica com 123 emissoras, sendo afiliadas. No plano internacional, além dos parceiros “estrangeiros”, leva suas novelas para outros países e, desde 1999, com a TV Globo Internacional, canal via satélite que transmite 24 horas por dia programação para o exterior, chega aos cinco continentes, cobrindo 114 países. (CABRAL, 2015, p. 19)

A autora ainda cita outros conglomerados midiáticos:

²³ Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_220_.asp. Acesso em: 07 ago. 2021.

Além da Rede Globo, Record e SBT destacam-se entre os principais conglomerados nacionais, chegando a quase todos os lares. A EBC (Empresa Brasileira de Comunicação - instituição pública de comunicação), Bandeirantes e Rede TV também vêm trilhando o mesmo caminho. No caso dos grupos regionais, evidenciam-se: a Rede Brasil Sul (no Sul do país), atingindo quase todos os domicílios dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; as Organizações Jaime Câmara (no Centro-Oeste), com a TV Anhanguera; a Rede Amazônica de Rádio e Televisão que atua em cinco dos sete Estados da Região Norte; o Grupo Zahran, nos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Grupo Verdes Mares (Nordeste), no Estado do Ceará. (CABRAL, 2015, p. 19)

Esse olhar unidirecional e imperante caminha junto à visão mercadológica das empresas de comunicação, que transformam a informação em produto. Em citação a Sodré, Souza (2011, p. 30) examina que “uma empresa de comunicação é, antes de tudo, uma empresa capitalista que se mantém por meio de audiência que gera lucro”. Esta dimensão capitalista é percebida dentro do campo ideológico, no qual o conteúdo e a forma estética também são apreendidos. Em resumo, tais características são incluídas no conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, segundo Paiva:

A idéia de hegemonia a partir de Gramsci permite vislumbrar a coexistência de outras determinantes como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência que se articulam junto à política e a economia para a produção de um pensamento determinante e dominante. (PAIVA, 2003, p. 2)

No contrafluxo dos grandes grupos midiáticos, nasce a comunicação comunitária “com o intuito não apenas de falar internamente, mas também de anunciar ao mundo as questões locais [...]” e, para além disso, inserir no debate público a “essência da prática comunicacional” (MORAES, 2014, p. 42; COUTINHO; FILHO; PAIVA, 2008, p. 285). No capítulo que segue será abordado, de maneira mais aprofundada, o início da comunicação comunitária e o seu papel social, assim como a comunicação popular e a contribuição dos blogs e redes sociais que mantêm a função elementar de ecoar a voz das favelas.

3.1 As origens e os conceitos de Comunicação Popular e Comunitária

Para elucidar o debate, começemos pelo conceito de popular. A palavra, que divide a opinião dos estudiosos, será tratada nesta pesquisa como uma categoria diferente da comunitária, apesar de ser interpretada em muitos estudos como tal. Para Peruzzo, ambas podem ser entendidas como “uma comunicação que tem o “povo” (as iniciativas coletivas ou os movimentos e organizações populares) como protagonista principal e como destinatário, desde a literatura de cordel até a comunicação comunitária.” (PERUZZO, 2006, p. 9).

Em oposição a essa consideração, alguns autores entendem o jornalismo popular como

um gênero sensacionalista. Souza (2011, p. 35) destaca que o jornalismo popular nasceu nos Estados Unidos e na Europa com o “avanço das tecnologias de impressão e da concorrência entre as grandes empresas de mídia.” Com o objetivo de se dirigir às classes C, D e E, esses veículos se utilizam de “textos curtos, muita prestação de serviços, entretenimento (com a divulgação de fofocas televisivas) e até a distribuição de brindes.”

Castro e Souza destacam que os jornais populares, ainda que direcionados para os leitores de baixa renda, estão sempre vinculados às grandes empresas de comunicação — essas, voltadas para a classe A e B e consideradas hegemônicas (CASTRO, 2009, p. 49; SOUZA, 2011, p. 35). Desta forma, como conceituado anteriormente, a sua atuação inibe a ampliação dos debates, a profusão de olhares e permite a perpetuação de estereótipos de minorias, já difundido por grandes jornais.

Assim como a “comunicação popular” está estreitamente ligada ao “povo”, a “comunicação comunitária” tem sua origem ligada aos conceitos de comunidade. Como sugere Peruzzo, a definição de comunidade é múltipla e segue em transformação (PERUZZO, 2006, p. 10-11). De acordo com Paiva, revisitando os estudos de Ferdinand Tönnis e Marshall McLuhan, a vida comunitária na atualidade é aquela que:

[...] tem-se a possibilidade da experimentação dos laços e vínculos entre seres humanos, entre seres humanos e o território, entre seres humanos e sua história, entre seres humanos e a natureza, entre seres humanos e o cosmo. Talvez o viés mais evidente desta vinculação se mostre em toda a área conectada com a comunicação comunitária. (PAIVA, 2007, p. 136)

Substanciando essas categorias, a comunicação comunitária é definida

[...] por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania. (PERUZZO, 2006, p. 9-10)

Volpato (2014) ainda completa:

Considera-se que a comunicação comunitária, neste início de século, baseia-se em princípios público-democráticos, de pluralidade, originados de motivações diferentes em relação às da mídia comercial – que tem suas motivações instituídas no lucro, promoção de interesses particulares, promoções políticas, etc. – pois possui proposta social, de mobilizar para mudar, está atenta à realidade local, preocupada em fomentar a cidadania, a educação e o desenvolvimento local, cultural, social e humano. Pode romper com o sistema clássico de comunicação (emissor → receptor) porque viabiliza canais de participação, propiciando ao

receptor a atuação como emissor e vice-versa, tornando possível o acesso e a livre expressão dos cidadãos por meio de veículos de comunicação. [...] É claro que essas características não são absolutas e recorrentes em todas as formas de comunicação comunitária. Conforme o caso, há predomínio de algumas em detrimento de outras, mesmo porque há que se recriem as formas de se fazer comunicação. (VOLPATO, 2014, p. 226)

O início da comunicação comunitária, assim como da alternativa e popular, é desconhecido, mas a sua presença, principalmente a partir da década de 1970 no Brasil e na América Latina, é marcada por mobilizações populares em períodos de grande repressão (VOPATO, 2014, p. 218). O movimento das rádios comunitárias nasceu neste mesmo período, sua atuação sempre esteve vinculada “ao desejo de mudança social” (PAIVA; SODRÉ, 2004, p. 39).

A proposição em torno da produção de um veículo comunitário sempre esteve ancorada no projeto de produção de mensagens mais inclusivas, menos estigmatizantes e sob as quais se pudesse ter alguma forma de controle. Por esta razão, é impossível se pensar na existência de um veículo comunitário sem que este projeto esteja relacionado a diversos outros. (PAIVA; SODRÉ, 2015, p. 39)

Durante um período da história, as rádios comunitárias outorgadas superaram o número de rádios comerciais que operavam com frequência modulada. Enquanto esta última girava em torno de 2.600 emissoras, as comunitárias chegavam a 2.975, de acordo com o Ministério das Comunicações em dezembro de 2007 (OLIVEIRA; BATISTA apud MALERBA, 2008, p. 1). Considerando as emissoras sem licença, existiam 15.000 rádios comunitárias no Brasil (BREVE apud MALERBA, 2008, p. 1). Para atuar de forma legal, foi estabelecido pela Lei Nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que os serviços de Radiodifusão Comunitária precisam operar em “baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço” e “com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros” (PLANALTO, 1998)²⁴.

Malerba (2008) nos oferece considerações norteadoras referentes às limitações impostas pela lei:

Com essas restrições, as rádios comunitárias se vêem legalmente limitadas em sua abrangência de ação e muitas vezes até mesmo impedidas de realizar qualquer atividade coerente com a realidade espacial da região que atende. É inviável que comunidades carentes de grande extensão, como as metropolitanas, sejam atendidas por uma rádio comunitária cujo alcance esteja limitado ao raio de um quilômetro. Se pensarmos em comunidades indígenas amazônicas, em que muitas habitações distam quilômetros entre si, essa limitação inviabiliza de início o funcionamento de uma emissora comunitária no local. (MALERBA, 2008, p. 4)

²⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm. Acesso em: 07 ago. 2021.

O regulamento também desconsidera as rádios que prestam serviços a determinados movimentos, que não necessariamente possuem uma relação territorializada, mas ainda se constituem como comunidades, como é o caso de coletivos de mulheres, negros e LGBTQIA+.

Não se trata somente de ressoar no global as necessidades locais de uma população, mas verdadeiramente aglutinar forças inter-locais, ou seja, entre atores afastados fisicamente, mas próximos quanto a sua realidade social. (MALERBA, 2008, p. 14)

Para além da legislação, ainda hoje vigente, que não atende as particularidades das favelas, as rádios comunitárias também foram alvo de grande repressão pelas forças do Estado. No início dos anos 2000, a Polícia Federal invadia, em média, uma rádio comunitária por semana, em oposição às recomendações de Miro Teixeira, então Ministro das Comunicações (PAIVA; SODRÉ, 2004, p. 1).

Em tudo isto, mantém-se invariável o padrão: agentes federais invadem as rádios, exibem um mandado de busca e apreensão (geralmente, não deixam cópias, que são entregues apenas no meio do processo) e levam todo o material. Não raro, esse tipo de procedimento é apoiado por armas pesadas, e pode mesmo ocorrer que os responsáveis saiam dali algemados para a prisão, como ocorreu na invasão da Rádio Bicuda, no meio do ano de 2002, no Rio de Janeiro. Após os fechamentos (quase sempre irregulares), vários processos são arquivados, ou então os jornalistas se deparam com grande dificuldade para obter informação sobre o andamento do processo. (PAIVA; SODRÉ, 2004, p. 2)

Em uma breve perspectiva histórica, se a comunicação comunitária teve sua origem marcada pelo uso de alto-falantes, livretos e radiotransmissores (MALERBA, 2017, p. 11), hoje, com a democratização do acesso à internet, sua atuação também é presente no âmbito digital. Ainda assim, a utilização de meios impressos e rádios comunitárias continua sendo fundamentais para o maior alcance da informação (RAMALHO, 2015, p. 4).

3.2 A favela no ciberespaço: como os sites e redes sociais expandiram a comunicação comunitária

A internet surgiu na década de 1960, quando a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados (DARPA) criou uma rede de computadores, que não poderia ser controlada por nenhum centro, para “impedir a tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicação pelos soviéticos, em caso de guerra nuclear.” (CASTELLS, 2016, p. 65). Anos mais tarde, ainda inspirado pelo espírito libertário das décadas anteriores, foi desenvolvido “um novo paradigma tecnológico, organizado com base na tecnologia da informação” caracterizado por “um novo estilo de produção,

comunicação, gerenciamento e vida.” Essa revolução tecnológica transformou os usuários em desenvolvedores do próprio serviço. “Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo.” (CASTELLS, 2016, p. 65-89).

Assim, computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana. O que pensamos e como pensamos é expresso em bens, serviços, produção material e intelectual, sejam alimentos, moradia e sistemas de transporte e comunicação, mísseis, saúde, educação ou imagens. (CASTELLS, 2016, p. 89)

Também chamado de ciberespaço, Peruzzo conceitua:

O ciberespaço constrói um mundo artificial ou representado, um mundo composto de informações que nossos sistemas produzem e que realimentamos neste mesmo sistema. Do mesmo modo que um tabuleiro de xadrez estrutura o espaço do jogo de xadrez dentro de seu próprio mundo de torres e cavaleiros, peões e bispos, a interface do computador também estrutura seu campo de movimentações, hierarquia de arquivos, acessos e distâncias relativas entre pontos de interesse. (HEIM apud PERUZZO, 2010, p. 88)

Assim como a economia e a geopolítica, o jornalismo também se transformou na medida em que a tecnologia se desenvolveu. As mudanças aconteceram desde a apuração da pauta, o contato com a fonte e a interação com o leitor até a publicação da informação. Se tratando desta última, ainda se tornou possível utilizar outros recursos além do texto, como “fotos, imagens, mapas e áudio [...]” (MURAD, 2011, 1-6).

No jornalismo comunitário, essas e outras mudanças alteraram a dinâmica de trabalho dos coletivos. Em primeiro plano, a possibilidade de criar o próprio jornal de maneira menos burocrática e econômica, facilitando a difusão da informação e, por conseguinte, a fácil interatividade com o leitor, dispensando a obrigatoriedade de ligações ou envio de cartas, como acontecia antes da internet (D’ARCADIA; MORAES, 2015, p. 12-13).

A interatividade, mencionada pelos autores, estabelece um diálogo com Tondo (2018) ao se referir a cultura da participação, ou seja, quando o receptor colabora para a produção da pauta. Uma das ferramentas utilizadas para cumprir essa troca de material entre audiência e jornalistas é o aplicativo de mensagens instantâneas, que permite enviar “informações sobre trânsito, acidentes, denúncias etc. Além disso, há grande quantidade de envio de material audiovisual, que é frequentemente adicionado às matérias do site.” (TONDO, 2018, p. 26).

No entanto, se por um lado se tornou mais fácil acessar e transmitir informações, por outro também oportunizou a profusão de notícias falsas. Em estudo realizado pela Avaaz, em 2020, indica que “7 em cada 10 brasileiros entrevistados acreditaram em, ao menos, um

conteúdo desinformativo sobre a pandemia [do coronavírus].” (AVAAZ, 2020)²⁵. Para Santos (2017, p. 32), “o fenômeno [da cultura participativa] abalou o conceito de verdade, já que opiniões e fatos se confundem porque circulam no mesmo espaço digital, o que gera as notícias falsas.”

Para além desta problemática, Peruzzo reforça a importância do olhar para a exclusão social acentuada pelo avanço da tecnologia, ambiente que centraliza as informações na atualidade. Ainda que necessária, a inclusão não seria resolvida com o acesso gratuito aos computadores, mas sim com um debate interessado em solucionar “os problemas das contradições econômicas, políticas e culturais provindas das relações desiguais inerentes ao modo de produção capitalista.” (PERUZZO, 2010, p. 91). Por isso, reforça-se que, apesar do avanço tecnológico incorporado pela comunicação comunitária, não se “dispensa a continuidade das lutas presenciais em suas diversas formas de organização, sejam elas lutas por direitos sociais, comunicativo-culturais ou políticos de cidadania.” (PERUZZO, 2010, p. 83-91).

²⁵ Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/po/brasil_infodemia_coronavirus/. Acesso em: 22 ago. 2021.

4. AGÊNCIA LUME: JORNALISMO COMUNITÁRIO EM RIO DAS PEDRAS

*Favela, ô
Favela que me viu nascer
Só quem te conhece por dentro
Pode te entender
- Arlindo Cruz*

Como retrata a música de Arlindo Cruz, é preciso conhecer as particularidades da favela para, então, compreendê-la. Partindo dessa premissa, iremos apresentar neste capítulo o jornal *Agência Lume*, veículo de comunicação criado por jovens de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que nasceu com o desejo de informar a população local e o propósito de apresentar a comunidade para outras partes da cidade (TEIXEIRA, 2021)²⁶. Para começarmos, é importante entender que o jornal tem o objetivo de expandir o seu trabalho para outras regiões, no entanto, utilizaremos as redes sociais e as notícias direcionadas ao Rio das Pedras para compor esta pesquisa.

Para tornar possível esta análise, aplicamos o método qualitativo, pois esse é descritivo, não estatístico e tem, como característica, a interpretação dos eventos apresentados (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 26). Para compreender os fenômenos em sua totalidade, todos os colaboradores da Agência Lume foram entrevistados com a finalidade de entender a motivação do veículo, as estratégias adotadas e as dificuldades enfrentadas. A técnica ainda foi utilizada para abordar o papel da Agência Lume enquanto veículo comunitário e discorrer sobre os trabalhos já realizados.

4.1 A criação de um jornal comunitário na pandemia do coronavírus: estímulo, projetos e adaptações

Foi em agosto de 2020, já durante a pandemia do coronavírus, que a Agência Lume nasceu de forma totalmente digital. Criado pelo publicitário Douglas Teixeira, 26, e pela jornalista Fernanda Calé, 24, o veículo conta hoje com mais cinco colaboradores: Adão Paiva, fotógrafo e cinegrafista, César Oliveira, Eduardo Ribeiro, Rô Tavares e Gabrielle Teles, a autora desta pesquisa, na função de jornalistas. É importante destacar que todos atuam de forma voluntária, ou seja, o trabalho não possui nenhum retorno financeiro. Com exceção de César, cujo trabalho resulta de uma parceria com a faculdade Unicarioca e, portanto, cumpre o seu estágio obrigatório, todos os integrantes residem ou passam a maior parte da vida

²⁶ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

morando em Rio das Pedras, sub-bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro (CALÉ, 2021)²⁷.

A principal motivação dos idealizadores, que antes colaboraram com outro portal de notícias da favela, partiu da quantidade de páginas de bairro que, muitas vezes, noticiam sem a devida apuração, somada a cobertura insuficiente da mídia hegemônica. Esta última, segundo Calé (2021)²⁸, em entrevista concedida à autora, relata apenas os casos de enchentes e situações de conflito. O caráter contra-hegemônico, que acaba de ser resumido, caracteriza a Agência Lume como um veículo de comunicação comunitária. Para Raquel Paiva (2003, p. 49), a comunicação comunitária é aquela “que efetivamente possa comprometer o indivíduo com o exercício de sua cidadania, que possa permitir-lhe uma atuação no seu real-histórico, podendo transformar, inclusive, sua existência e a das pessoas à sua volta.”

Seja nas grandes emissoras de televisão ou em veículos locais, a pandemia do coronavírus trouxe também uma nova forma de fazer jornalismo. O aumento do fluxo de informações e a necessidade de esclarecer falsas notícias fizeram com que os jornalistas ajudassem a salvar vidas por meio da comunicação. Para evitar os riscos de contágio e propagação do vírus, algumas medidas de segurança foram adotadas. Na Lume, as reuniões de equipe e entrevistas foram substituídas por chamadas de vídeo e trocas de mensagens por aplicativo, apenas coberturas excepcionais, como greves e protestos, não puderam ser realizadas de maneira remota.

Quando começa a pandemia, começa uma revolução no modo de fazer jornalismo. A gente normaliza a *live* como algo que pode ser feito e acaba sendo bem aceito. Com isso, nós, que não temos muito recurso, conseguimos realizar alguns projetos, como o das eleições. (CALÉ, 2021)²⁹

O projeto ao qual Fernanda Calé, editora-chefe e fundadora da Lume, se refere, começou a ser produzido meses antes das eleições municipais do Rio de Janeiro e ofereceu aos moradores de Rio das Pedras e adjacências algo, até então, inédito: a oportunidade de escolher o seu futuro representante com base nas propostas feitas para a sua região.

Intitulada “Lume nas Eleições”, a iniciativa entrevistou dez candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro de maneira remota. Os vídeos foram publicados na íntegra no Youtube e no Facebook, que direcionava os leitores para o site com os resumos das principais promessas. A divulgação das matérias também foi realizada no Instagram e Twitter. Eduardo Paes, que veio

²⁷ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

²⁸ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

²⁹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

a ser eleito no segundo turno, foi o primeiro a participar da série de entrevistas. Na ocasião, ele respondeu sobre questões relacionadas às enchentes frequentes na região de Rio das Pedras e Muzema, as dificuldades das escolas públicas localizadas na comunidade e os problemas de mobilidade urbana (CALÉ, 2020b)³⁰. Para Calé, foi imprescindível que o projeto tenha sido realizado integralmente através das plataformas digitais.

Se nós tivéssemos que ir até o candidato seria muito mais complicado, mesmo sem a pandemia do coronavírus. Teríamos que gastar com deslocamento e com equipamentos que ainda não temos. Da forma como aconteceu não fomos julgados por sermos inferiores a ninguém. Eu espero que o vírus vá embora, mas que essa revolução [na forma de se fazer jornalismo] permaneça. (CALÉ, 2021)³¹

A falta de verba e, conseqüentemente, de mais profissionais trabalhando na Agência Lume faz com que o veículo funcione somente através do site e das redes sociais, sem a presença do jornal impresso. As ferramentas mencionadas, como a *live* e programas de chamadas de vídeo, já existiam antes do período pandêmico, mas a necessidade de produzir conteúdo à distância potencializou o uso. A condição impede o jornal de chegar ao público sem acesso às ferramentas digitais ou, ainda, naqueles que não tenham familiaridade com elas, situação que seria resolvida com os exemplares impressos (CALÉ, 2021)³². Ainda assim, é através da democratização propiciada pelas Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTCIs) que o veículo consegue levar informação.

A instantaneidade, a transmissão descentralizada, a abrangência global, a rapidez e o barateamento de custos tornaram-se vantagens ponderáveis para o desenvolvimento de um modo de produção que assenta as rotinas de criação virtual sem correspondência nas engrenagens de industrialização da notícia e sem subordinação aos crivos editoriais da mídia corporativa. (MORAES, 2013, p. 91)

Esse cenário também é evidenciado por Barbosa:

O desenvolvimento tecnológico favorece muito a imprensa das classes trabalhadoras tanto pela possibilidade de publicar e divulgar materiais no ambiente digital e da Internet, o que pode ter custos menores aos da produção de jornais, como por poder ser alcançado pelos públicos com maior acesso a essas tecnologias. (BARBOSA, 2016, p. 44)

Em julho de 2020, alguns veículos de imprensa, como *O Globo* e *Extra*, noticiaram que a Rua do Amparo, localizada em Rio das Pedras, era a recordista em número de mortes

³⁰ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/lume-nas-eleicoes-eduardo-paes>. Acesso em: 26 mar. 2021.

³¹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

³² Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

provocadas por COVID-19 (LEAL; GOULART, 2020)³³. Os dados foram extraídos do painel “Covid por CEP” (MESENTIER, 2020)³⁴ que, por sua vez, utilizava as informações divulgadas pela Prefeitura do Rio. Sabendo que, em maior parte, os códigos postais não correspondem aos devidos endereços, o jornal comunitário realizou um levantamento, juntamente com o Correio Comunitário e moradores, para entender se todos os óbitos partiam dessa única via. A pesquisa constatou que o CEP em evidência equivalia a 111 ruas, ou seja, a 44,2% da comunidade. Na época, a matéria foi publicada em outro portal da favela, mas hoje pode ser localizada na Lume, pois foi escrita e produzida por seus colaboradores (PAIVA *et al.*, 2020)³⁵.

Dessa forma, a Rua do Amparo concentrou o maior número de mortes por coronavírus porque acumulava casos de mais de uma centena de endereços. Além dos números erroneamente divulgados, os jornais destacaram uma foto antiga do local. A rua é conhecida, de forma pejorativa, como “Veneza carioca”, por ser alvo constante de alagamentos. Ainda que no texto tenha sido mencionado que o local não se encontrava mais naquele estado, os veículos reforçaram a imagem em seus títulos. O jornal *O Globo* publicou “Veneza carioca é recordista de casos e mortes por coronavírus; confira outros lugares por CEP” e o jornal *Extra* “Rua que é epicentro de casos e mortes pelo coronavírus no Rio tem histórico de problemas” (GOULART; LEAL, 2020)³⁶. Nesse contexto, não apenas a imagem da favela foi atingida, moradores também relataram à Lume e a lideranças locais que seus empregadores estavam com medo deles levarem doenças ao trabalho, como explicado na matéria. A situação relembra o modo como eram vistos os cortiços, precursores das favelas, pois eram percebidos como lugares propagadores de doenças (CASTRO, 2009, p. 15).

O jornalismo hegemônico, como exemplificado acima pelos veículos pertencentes ao Grupo Globo, maior conglomerado de comunicação do Brasil e da América Latina (EXAME, [2015?])³⁷, retrata uma realidade que reflete no imaginário social ao mesmo tempo que o representa. Para Amaral (2002, p. 14), “Há uma ditadura do gosto do leitor, o que significa em última análise a ditadura do mercado. A informação desejável não é aquela que produz

³³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/veneza-carioca-recordista-de-casos-mortes-por-coronavirus-confira-outros-lugares-por-cep-1-24527474>. Acesso em: 20 mar. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://covidporcep.rio.br/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

³⁵ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/coronav%C3%ADrus-as-111-ruas-amparo-em-rio-das-pedras>. Acesso em: 22 mar. 2021.

³⁶ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/rua-que-epicentro-de-casos-mortes-pelo-coronavirus-no-rio-tem-historico-de-problemas-rv1-1-24527231.html>. Acesso em: 20 mar. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/veneza-carioca-recordista-de-casos-mortes-por-coronavirus-confira-outros-lugares-por-cep-1-24527474>. Acesso em: 20 mar. 2021.

³⁷ Disponível em: <https://mm.exame.com/globo/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

conhecimento, mas a que produz um efeito estético ou dramático e, portanto, vende”. Por outro lado, de acordo com Silva e Ansel (2021, p. 14), “a favela, sua representação — e, por conseguinte, a construção de sua identidade social — é mais frequentemente difundida por atores sociais de fora dela”. É a partir dessa análise que podemos entender a importância do veículo local e comunitário na construção de novos olhares.

[...] fundamental para um jornalismo inclusivo ou o comunitário, enquanto horizonte político-social do jornalismo, é que não se perca de vista o seu aspecto principal, ou seja, a capacidade de produzir novos e inclusivos olhares sobre as coletividades, sobre o outro. (PAIVA, 2006, p. 69)

4. 2 A importância da Agência Lume para os moradores de Rio das Pedras

Em datas comemorativas, a Lume busca homenagear os atores locais que simbolizam as histórias representadas. No Dia Internacional da Mulher, três personalidades, de diferentes idades e vivências, mas que têm em comum suas trajetórias marcadas pelo Rio das Pedras, tiveram seus sonhos e desafios publicados. Com vídeo e reportagem escrita, os leitores da Lume conheceram Maria Oliveira, 76, Patrícia da Silva, 42, e Ana Vitória Soares, 25 (CALÉ; TELES; TAVARES, 2021)³⁸. O prestígio dos trabalhos feitos pelos moradores também é pauta na Lume. Uma das matérias de destaque teve como personagem Laura Ferreira. A jovem, de 18 anos, escreve desde os 14 e já é autora de 10 livros que vão de tramas policiais a suspenses (CALÉ, 2021b)³⁹.

A Lume tenta fazer muito mais do que as matérias que são feitas pela grande mídia. [...] É difícil ter um conteúdo que seja sobre o Dia das Mães, por exemplo, com as moradoras daqui. Rio das Pedras é sempre alagamento e violência. Quem vai fazer uma matéria sobre o Dia da Mulher ou Dia de São Jorge com entrevistados daqui é a Lume. É ela quem vai trazer um outro lado da comunidade, que é alegre, e não carente. (CALÉ, 2021)⁴⁰

Os acontecimentos requerem destaque diante das compreensões apresentadas por Martín-Barbero. Para o autor, a prática dispõe “a possibilidade não de serem representadas, mas de serem reconhecidas: de fazer ouvir a própria voz, de poder dizer-se com suas linguagens e relatos” (MARTÍN-BARBERO apud SOUZA, 2011, p. 33). O sentimento de escuta não recai apenas nas figuras evidenciadas, mas em toda a comunidade que se enxerga nela.

³⁸ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/dia-internacional-da-mulher-conheca-tres-moradoras-inspiradoras-de-rio-das-pedras>. Acesso em: 26 mar. 2021.

³⁹ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/destaque-da-comunidade-moradora-de-rio-das-pedras-lanca-livro>. Acesso em: 31 mar. 2021.

⁴⁰ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

Com essa profusão de produções, se constrói, pouco a pouco, mais do que uma visão otimista do local, se cria também uma relação de pertencimento à comunidade. Para Adão Paiva, que exerce a função de fotógrafo e cinegrafista na Lume, entrar para o veículo só foi possível após rever seu relacionamento com o Rio das Pedras.

O Rio das Pedras sempre foi uma incógnita pra mim, detestava falar que morava aqui e tinha uma relação de amor e ódio. Gostava dos meus amigos, mas detestava o lugar. Eu tinha vergonha pelo fato de ser favela, queria ser igual aos meus amigos da escolinha de futebol. Mas aí fui crescendo e entendendo um pouco mais sobre a realidade do Rio de Janeiro, a discrepância social e fui criando essa consciência. O desgosto que eu tinha acabou se transformando em orgulho. Uma das coisas que me motivaram a entrar na Lume foi esse orgulho, poder ajudar a comunidade de alguma forma. Hoje consigo enxergar minha realidade como uma oportunidade e não como um ponto fraco. (PAIVA, 2021)⁴¹

Hoje, Adão também escreve uma coluna na Lume intitulada “Margens de um rio” (PAIVA, 2020)⁴², na qual aprecia situações cotidianas que passam desatentas pelos cidadãos. A ideia surgiu quando, em um curso de fotografia — destinado a jovens periféricos —, ele produziu um trabalho de autoconhecimento e percebeu que era possível registrar o “valão”, onde brincava quando criança, com uma perspectiva mais amável do que crítica (PAIVA, 2021)⁴³.

Para Eduardo Ribeiro, jornalista na Lume, esses trabalhos são necessários, uma vez que retiram a comunidade da posição de calamidade e permitem que o leitor, independentemente de ser morador, possa ter outras visões.

A Lume traz uma visão de dentro da favela para mostrar que ela é mais do que isso [enchentes, paralisações e remoções] e que ocorrem diversas outras coisas. [...] Por isso que eu me identifico com a Lume, porque é um jornalismo que está sendo feito dentro do bairro por pessoas do bairro. Você produz e você consome o seu conteúdo. (RIBEIRO, 2021)⁴⁴

Quando ainda era cortiço, a favela já sofria com o estigma social. Para entender o que é estigma, Goffman (2004) faz uma análise histórica do uso da palavra. A maneira como aplicamos o termo hoje se assemelha a sua origem, quando os gregos utilizavam para sinalizar algo extraordinário ou mau.

Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. [...] Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original,

⁴¹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁴² Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/margens-de-um-rio-onde-voc%C3%AA-brinca-ou-brincou-na-sua-inf%C3%A2ncia>. Acesso em: 03 abr. 2021.

⁴³ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁴⁴ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 18 de março de 2021.

porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. (GOFFMAN, 2004, p.5)

Embora a vulnerabilidade social, e todas as pontuações que se originam dela, não resuma a pluralidade existente nas favelas, Barbosa e Silva (2013) identificam algumas semelhanças entre esses espaços:

[...] é inegável que há em muitas delas comunidades que experimentam condições precárias de existência urbana, sobretudo em termos da presença de serviços básicos de saneamento, ou mesmo em função da qualidade da edificação construída e da localização de suas moradas em termos de sensibilidade ambiental aos desmoronamentos e às enchentes. Acrescenta-se à situação de vulnerabilidade territorial, o domínio coercitivo e violento (e os recorrentes conflitos daí advindos) de grupos criminosos armados (narcotraficantes e milícias) em diversas comunidades. (BARBOSA; SILVA, 2013, p. 119)

Com esse entendimento, é válido introduzir o conceito de “comunidade gerativa”, defendido por Paiva (2013), que explica a atuação da Agência Lume na comunidade de Rio das Pedras. O modelo neoliberal do Estado mínimo, que procura intervir o mínimo nas questões econômicas e sociais, foi provocado pelo globalismo, e esse, por sua vez, se constitui como um “processo de desenvolvimento do capitalismo”. Esse sistema de concentração de bens que provoca “a falência da política de projetos, a forte tônica individualista e cosmopolita, além da excessiva presença da violência nas relações sociais – acaba por impulsionar a busca de alternativas”. É, então, em oposição a esse cenário, e entendendo a necessidade de novos olhares, que temos a ideia “comunidade gerativa”. “Por ‘comunidade gerativa’ entende-se a vinculação entre sujeitos cujo propósito maior é efetivamente seu florescimento organizativo em harmonia com o contexto histórico e social de seu tempo.” (PAIVA; CUSTÓDIO; MALERBA, 2013, p. 249).

As problemáticas, apresentadas pelos autores, são tangíveis para os moradores de Rio das Pedras. Em casos de chuva na comunidade, a Agência Lume busca fazer uma cobertura do local com a colaboração dos moradores para sinalizar os riscos. Em diversas ocasiões, o fato também já foi noticiado em veículos de grande imprensa. Para a comunidade, é importante que tais canais, que detém relevante alcance, demonstrem esses problemas para, então, serem solucionados (TAVARES, 2021)⁴⁵.

Ainda assim, muitos são os aspectos apresentados pela literatura que diferem a presença da comunicação hegemônica e contra-hegemônica. Para Barbosa (2016, p. 42), ambos os veículos podem cobrir o mesmo acontecimento, mas a distinção se dá com a abordagem e construção da notícia. O autor afirma que cabe “à imprensa proletária a tarefa de

⁴⁵ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

tirar o fato de sua condição singular e apresentar os contraditórios e a contextualização” (BARBOSA, 2016, p. 37). A título de exemplificação, duas matérias produzidas pela Agência Lume serão apresentadas.

Em 29 de novembro de 2020, o Rio de Janeiro estava decidindo o futuro representante da cidade no segundo turno das eleições municipais. Enquanto uma parte da equipe estava apontando a situação das zonas eleitorais de Rio das Pedras, lembrando as medidas de prevenção contra o coronavírus e informando os melhores horários para votar (LUME..., 2020)⁴⁶, o restante estava cobrindo a greve dos rodoviários da empresa Redentor. A reivindicação dos motoristas era contrária ao parcelamento do 13º salário em oito vezes e protestaram contra os atrasos no recolhimento do FGTS e INSS. Na ocasião, os trabalhadores também criticaram as medidas de proteção insuficientes contra o coronavírus (GREVE..., 2020)⁴⁷. Os dois eventos foram noticiados com *lives* no Facebook e no site da Lume.

Quanto mais estreita for a relação entre o veículo e os propósitos e objetivos duma comunidade, mais seus membros vão estar envolvidos em sua produção, e proporcionalmente maiores serão sua representatividade e reconhecimento como veículo comunitário. (PAIVA, 2003, p. 137)

No entanto, foi a paralisação que conferiu maiores preocupações. Além da redução do número de transportes para conduzir os eleitores às seções eleitorais, a urna eletrônica também era levada e buscada pelos motoristas. Por isso, o Tribunal Regional Eleitoral, na figura do juiz Luiz Márcio Pereira, considerou o movimento ilegal e informou que os grevistas poderiam ser processados. Foi diante desse contexto de negociações entre grevistas, patrão e a justiça que se deu a cobertura. O objetivo era fazer com que a população tivesse acesso integral ao acontecimento. Fernanda Calé (2021), que atuava como repórter, contou que a principal apreensão dos motoristas era serem mal interpretados⁴⁸. Como uma comprovação de que eles estavam apenas exercendo seus direitos, a jornalista reuniu todos os vídeos e publicou no Youtube para os rodoviários terem acesso (NOTÍCIAS...,2020)⁴⁹. Tais ações são expressas por Claudia Giannotti (2016) no livro *Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje*:

Sua função [da comunicação popular] é explicar, explicitar, dar visibilidade aos problemas contextualizando-os e dizendo por que eles acontecem para que as pessoas entendam que a transformação da situação da comunidade depende do ambiente político e econômico da cidade, do estado, do país, do mundo.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/lumerp/videos/206788694409300>. Acesso em: 07 abr. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/lumerp/videos/206788694409300>. Acesso em: 07 abr. 2021.

⁴⁸ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IpeLox31wvM>. Acesso em: 07 de abr. de 2021.

(GIANNOTTI, 2016, p. 25)

Assim, partimos para o segundo fato ainda em consonância com os autores mencionados. Desta vez, o episódio aconteceu na Avenida Engenheiro Souza Filho, a principal via de acesso de Rio das Pedras. Em setembro de 2020, Weleisom Silva Ferreira, de 32 anos, veio a óbito dentro de uma grande rede de farmácias da comunidade. O jovem teria sido impedido de entrar no estabelecimento para comprar bombinha de asma, pois estava sem a máscara de proteção contra o coronavírus – ainda que testemunhas tenham relatado que é comum outros clientes, com o mesmo comportamento, circularem na drogaria. Ao ser atendido, Weleisom teria recebido outro medicamento, que ocasionou sua morte. Enquanto o corpo do jovem ainda estava no local, à espera do Corpo de Bombeiros, a drogaria continuou a funcionar normalmente.

A omissão de socorro indignou familiares e amigos da vítima que, clamando por justiça, fecharam a avenida durante vinte minutos como forma de protesto. O local foi liberado com a chegada da Polícia Militar. Na cobertura, publicada pela Lume, uma das manifestantes desabafou sobre a chegada das autoridades. “Aparece viatura quando a gente tá fazendo manifestação, mas no dia [da morte] ninguém fez nada” (TAVARES *et al.*, 2020)⁵⁰. Douglas Teixeira, que estava no protesto, comentou que “A polícia não estava ali para proteger o rapaz que morreu, nem a família que estava protestando, mas para proteger o capital” (TEIXEIRA, 2021)⁵¹.

Ansel e Silva sintetizam o cenário que acaba de ser demonstrado:

Do mesmo conjunto de atitudes que consiste em naturalizar diferentes formas de violência contra este grupo social deriva a percepção de que, por exemplo, as mortes de indivíduos residentes em áreas nobres da cidade merecem mais destaque na mídia e atenção do público que as mortes de moradores de favelas e periferias. (SILVA; ANSEL, 2006, p. 6)

Apesar da maneira que percebem a figura da Polícia Militar, os moradores de Rio das Pedras não enfrentam sua atuação hostil como presenciada nas favelas dominadas pelo tráfico. Em junho de 2020, o portal de notícias G1 publicou que, nos primeiros cinco meses do ano, 741 pessoas foram mortas por agentes do estado, o que equivale a quase cinco vítimas por dia. Esse é o maior número de mortes provocadas por policiais em 22 anos, coincidindo

⁵⁰ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/familia-protesta-contra-morte-de-jovem-em-farmacia-de-rio-das-pedras>. Acesso em: 2 abr. 2021.

⁵¹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

com a queda da criminalidade no estado (RODRIGUES, 2020)⁵². Os índices caíram no mês de junho e julho quando o Superior Tribunal Federal limitou as operações policiais em comunidades durante a pandemia do coronavírus. Comparando esses meses com o mesmo período em 2019, o Rio de Janeiro teve queda de 76% nas mortes provocadas por policiais. Os dados, do Instituto de Segurança Pública (ISP), evidenciam o que as notícias já constataam: as vítimas de violência policial são, em maioria, moradores de favelas (GRANDIN; RODRIGUES, 2020)⁵³.

[...] a insegurança criminal no Brasil tem a particularidade de não ser atenuada, mas nitidamente agravada pela intervenção das forças da ordem. O uso rotineiro da violência letal pela polícia militar e o recurso habitual à tortura por parte da polícia civil [...], as execuções sumárias e os "desaparecimentos" inexplicados geram um clima de terror entre as classes populares, que são seu alvo, e banalizam a brutalidade no seio do Estado. [...] Ela [violência policial] apóia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os "selvagens" e os "cultos", que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem. (WACQUANT, 2004, p. 5)

As intensas operações policiais não são uma realidade recorrente para os moradores de Rio das Pedras, mas os casos de violência e criminalidade ainda acontecem. Nessas ocasiões, a Agência Lume avalia se deve ou não publicar a matéria, “pois existem assuntos complexos para quem trabalha com jornalismo dentro da comunidade” (CALÉ, 2021)⁵⁴. No entanto, essa é uma das pautas que mais atraem os leitores, somada às notícias de enchente, outras que resgatam a identidade do morador e matérias de serviço. Douglas Teixeira avalia que, comumente, as notícias a nível municipal não costumam despertar o interesse do público, mas sim as que conversam diretamente com a favela (TEIXEIRA, 2021)⁵⁵.

Entende-se por jornalismo de serviço ou utilitário os materiais dedicados em “proporcionar uma variedade de ferramentas necessárias para as atividades práticas da vida diária do cidadão” (PARRAT apud VAZ, 2009, p. 2). A autora ainda apresenta que tais conteúdos podem ser introduzidos na programação do jornal de três maneiras diferentes. Para este estudo, no entanto, apresentaremos duas: a criação de seções especiais a cobrir preocupações e necessidades práticas do dia a dia do cidadão e a incorporação da informação de serviço nos textos mais convencionais (tanto interpretativos como informativos)

⁵² Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

⁵³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/25/rj-tem-queda-de-76percent-nas-mortes-cometidas-por-policiais-apos-stf-restringir-operacoes-em-favelas.ghtml>. Acesso em: 2 de abr. de 2021.

⁵⁴ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁵⁵ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

publicados nas páginas de informação geral mediante elementos de apoio de “serviço” (PARRAT apud VAZ, 2009, p. 41).

Correspondendo ao primeiro ponto comentado por Parrat, o veículo criou o quadro Lume na Rua, com o objetivo de mostrar e resolver as situações de ordem urbana que interferem no cotidiano. A ideia surgiu quando a ciclovia, localizada na Estrada de Jacarepaguá, considerada a única área de lazer para os moradores da comunidade de Rio das Pedras e Muzema (favela adjacente), se tornou alvo de reclamações dos ciclistas e pedestres que praticam atividades físicas no local. O motivo era a falta de iluminação pública, buracos na estrada e ausência de manutenção da arborização. Assim, a Agência Lume entrou em contato com os órgãos competentes para reivindicar melhorias (LUME..., 2021)⁵⁶. “A gente tenta fazer mediação entre o problema e quem vai solucionar. Solucionar esses problemas por mostrá-lo é a maior importância da Lume”, conta Douglas Teixeira (2021)⁵⁷. Após o episódio, o local começou a ser limpo e o projeto Luz Maravilha, realizado pela Prefeitura do Rio, que instala luminárias de LED na cidade, foi implantado na ciclovia.

Outras matérias da Lume, que tratam sobre o fechamento de escolas e comércios devido à pandemia do COVID-19 (CALÉ, 2021c)⁵⁸, consultas ao Auxílio Emergencial, benefício instituído pela Lei de nº 13.982/2020 (OLIVEIRA, 2021)⁵⁹, declaração de Micro Empreendedor Individual (CALÉ, 2021d)⁶⁰ e calendário de vacinação (CALÉ, 2021e)⁶¹ podem ser atribuídos a outra proposta da autora: a incorporação da informação de serviço nos textos mais convencionais (tanto interpretativos como informativos) publicados nas páginas de informação geral mediante elementos de apoio de serviço (PARRAT apud VAZ, 2009, p. 41). Beltrão (2006) identifica as matérias de serviços nas:

Modificações nos horários das linhas de trens ou ônibus, avisos de fechamento extraordinário do comércio, de alterações nas pautas de pagamentos de impostos, vencimentos de funcionários e outras matérias semelhantes são, sem dúvida, objeto de interesse para o jornal e para o public [...]. (BELTRÃO apud VAZ, 2009, p. 43)

As definições do jornalismo de serviço ou utilitário não se desencontram com a

⁵⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/lumerp/videos/233871925026292>. Acesso em: 2 abr. 2021.

⁵⁷ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/prefeitura-abre-escolas-mas-mantem-medidas-restritivas-ate-o-dia-8>. Acesso em: 31 mar. 2021.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/come%C3%A7a-hoje-14-a-atualizacao-de-cadastro-no-aplicativo-caixa-tem-usado-para-o-auxilio-emergencial>. Acesso em: 31 mar. 2021.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/lume-live-especialista-tirou-duvidas-de-seguidores-sobre-mei>. Acesso em: 1 abr. 2021.

⁶¹ Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/governo-do-rj-estabelece-calendario-unico-de-vacinacao>. Acesso em: 12 abr. 2021.

proposta própria do jornalismo: a de levar “informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com objetivo de difundir conhecimento e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum” (BELTRÃO apud VAZ, 2009, p. 30). Por isso, como apontado por Vaz, “o termo jornalismo de serviço pode ser considerado como uma redundância, já que o jornalismo, em sua essência, tem o propósito de prestar serviço à sociedade” (VAZ, 2009, p. 40).

O conceito ocidental de jornalismo (de raiz anglo-americana) produto das teorias da liberdade de imprensa, do iluminismo e da responsabilidade social. Dessas três vertentes, pode-se deduzir a noção de que o jornalismo é uma atividade cuja imagem é a de defender o interesse público, de estar direcionado ao bem-estar social e de não se submeter aos interesses particulares, embora a atividade jornalística seja condicionada historicamente por fatores sociais e econômicos e tenha as marcas da transformação do jornal em mercadoria ao longo da história. Do ponto de vista dos jornalistas, a notícia é mercadoria por acréscimo, pois se configura, antes de tudo, em informação relevante publicamente. (AMARAL, 2018, p. 52)

Essas ponderações entram em consonância com outras situações, similares às da ciclovia apresentada acima, nas quais a Agência Lume comunica os transtornos do local para os moradores, mas também para as empresas responsáveis pelo reparo. Assim, casos de esgoto a céu aberto e canos estourados na rua já foram resolvidos.

Figura 4: Problema na rede de esgoto resolvido pela CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro)



Fonte: Instagram da Lume RP, 2021⁶²

⁶² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNIRSYgL7Ht/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

4.3 Agência Lume: estratégias, linha editorial e desafios

As estratégias de comunicação adotadas pela Agência Lume foram pensadas desde a criação do seu nome. Para os fundadores é importante que a palavra seja curta e fácil de pronunciar. Do latim, *lume* significa “trazer à luz, informação, conhecimento e perspicácia”. A cor ultravioleta, utilizada na identidade visual, foi escolhida pela Pantone em 2018 e sugere prosperidade. Já o termo “agência” foi escolhido para representar também o trabalho publicitário ofertado para os comerciantes locais, ainda que hoje a maior demanda seja relacionada ao jornalismo (CALÉ, 2021)⁶³. Os pacotes de divulgação são criados de acordo com as necessidades do cliente e podem incluir divulgações nas redes sociais, *banner* para o site e vídeos comerciais. Esse último, no entanto, é feito em parceria com um estúdio de design e fotografia de Rio das Pedras (TEIXEIRA, 2021)⁶⁴.

Uma das características da comunicação comunitária é a linguagem. Isso porque a informação só cumpre o seu papel social se o receptor entender a mensagem, demonstrando que o conteúdo precisa ser acessível para o público local. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2020 o número de jovens acima de 25 anos com o ensino médio completo cresceu quase 4% de 2016 a 2019. Ainda assim, 51,2%, que corresponde a 69,5 milhões de brasileiros, não concluíram esse ciclo. Quando tratamos de analfabetismo, a pesquisa apresenta que 11 milhões de pessoas estão nessa condição, sendo mais da metade na região do Nordeste. A desigualdade social também é percebida na questão racial já que, para pretos e pardos, a taxa é 5,3 % maior do que para os brancos (BRASIL..., 2020)⁶⁵.

Se existe um fenômeno humano e social que dependa precipuamente da linguagem, é o da informação. A informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possui-lo. (CHARAUDEAU, 2013, p. 33)

A escrita simples não diminui a qualidade do texto. No livro *Jornalismo Popular*, Márcia Amaral (2013) explica que esse é um dos desafios:

[...] não produzir apenas o texto que se adequa às expectativas do leitor, mas levar as pessoas, progressivamente, a apreciarem um texto de melhor qualidade. Ou seja, alguém que não tem hábito de leitura provavelmente vai encorajar-se a ler textos mais curtos, mais simples e na ordem direta. Mas, com o passar do tempo, o leitor pode ser introduzido a um texto mais criativo e rico em informações. (AMARAL,

⁶³ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁶⁴ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁶⁵ Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-pessoas-que-nao-sabem-ler-e-escrever>. Acesso em: 26 mar. 2021.

2013, p. 115)

Na Lume, alguns critérios são aplicados. Para as matérias jornalísticas é importante construir frases e parágrafos curtos, títulos e subtítulos também não devem ser extensos e precisam, sobretudo, serem interessantes. A checagem de informações e prudência no uso de imagens também são fundamentais. Já nos conteúdos audiovisuais, a Agência Lume procurou não colocar vídeos longos nem fontes com letras pequenas. A equipe espera, futuramente, ter condições financeiras para tornar o conteúdo mais inclusivo através da introdução de legendas e contratação de intérpretes de libras. Até o momento, o único recurso de acessibilidade utilizado é o “Pra cego ver” nas redes sociais, que emprega a audiodescrição de imagens (CALÉ, 2021)⁶⁶.

Para Cicilia Peruzzo (2013, p. 167), a comunicação comunitária propõe uma comunicação horizontal, é “participativa e democrática e realizada por meio do envolvimento ativo das pessoas como emissoras e receptoras de mensagens nas organizações de base popular”. Douglas Teixeira (2021)⁶⁷, responsável pela publicidade e marketing do veículo, explica que, através do grupo do Facebook, os moradores podem sugerir pautas, confirmar alguma informação (como, por exemplo, se está faltando água) e, em síntese, mostrar a realidade. A prática permite que os atores locais construam suas narrativas sobre o mundo onde vivem. Dessa forma, é possível “viabilizar o exercício da cidadania de setores excluídos ou humanizar as notícias e reportagens” (AMARAL, 2018, p. 68).

As manifestações da comunicação popular, alternativa e comunitária — do vídeo popular e da rádio livre ou comunitária ao website colaborativo ou ao jornal alternativo de circulação regional ou nacional — expressam o protagonismo de segmentos populacionais descontentes com o status quo. Ocorrem no bojo de lutas populares a partir dos lugares de vivências cotidianas nas localidades e em outros espaços de relacionamentos, como o ciberespaço. (PERUZZO, 2009, p. 139)

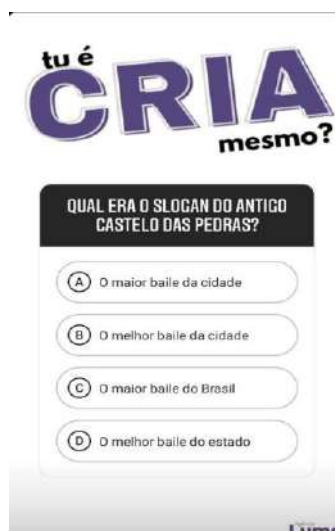
Em consonância com Paiva, que destaca, em *O Espírito Comum*, que “para se vislumbrar comunidades na sociedade atual faz-se necessário compreender a espacialidade dentro do horizonte das inovações tecnológicas” (2003, p. 76), a Agência Lume trabalha a territorialidade e o pertencimento dos indivíduos através das redes sociais. No Instagram, mídia que concentra os jovens de Rio das Pedras, é realizado o “Tu é cria mesmo?”, com perguntas específicas sobre a comunidade como, por exemplo, “Qual era o slogan do antigo Castelo das Pedras?”, local onde aconteciam os bailes funks, e “Qual é o nome da última rua

⁶⁶ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁶⁷ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

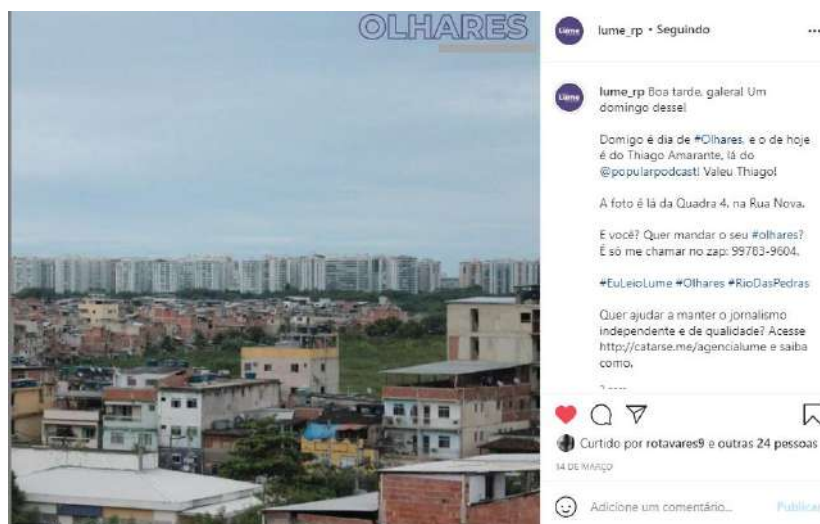
do Areal?”, nome de uma área da comunidade. Aos domingos acontece o quadro “#Olhares”, com registros enviados pelos leitores que valorizam as paisagens da favela.

Figura 5: Quadro no story do Instagram



Fonte: Story do Instagram. Lume RP, 2021

Figura 3: Quadro no feed do Instagram



Fonte: Instagram. Lume RP, 2021.⁶⁸

“Entretanto, se é função do jornalista dar visibilidade à pluralidade de opiniões, também é seu papel construir a realidade a partir do interesse público, fornecendo elementos

⁶⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMaCBmhssBT/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

para seus leitores formarem um juízo de opinião sobre a cotidianidade” (AMARAL, 2002, p. 5). O pensamento é compartilhado por Fernanda Calé:

Quando nós falamos de um veículo de comunicação independente de qualidade, tentamos contemplar a maior neutralidade para as pessoas desse bairro se sentirem contempladas, até porque o nosso público é muito complexo e diversificado, existe uma mistura de opiniões políticas. Então, a Lume tenta buscar sempre a imparcialidade, ouvir os dois lados. Alguns jornais se colocam de um lado ou de outro, mas a gente tenta sempre colocar o mais próximo da realidade. (CALÉ, 2021)⁶⁹

Imparcialidade e neutralidade são conceitos utilizados com frequência nas redações jornalísticas, geralmente relacionados à qualidade do conteúdo transmitido. A ideia tem como base a Teoria do Espelho que, influenciada pelos ideais positivistas do filósofo Auguste Comte (1798-1857), entendia que “a notícia seria de qualidade se o jornalista conseguisse retratar fielmente o fato como se houvesse uma imagem a ser refletida da notícia e que pudesse ser captada pelo profissional e assim transcrita” (ROSSI; RAMIRES, 2012, p. 1). Para Guerra, a imparcialidade é associada na cobertura jornalística à uma diversidade de fontes e uma preocupação com a verdade. “O jornal, para resguardar sua isenção, sua neutralidade e não tomar partido, apenas apresentaria as versões. Caberia ao leitor decidir qual a verdadeira” (GUERRA, [1999], p. 3). Esses termos também são vistos com outro possível critério de qualidade do jornalismo, a objetividade.

Segundo Pereira Junior, conforme citado por Posselt, o conceito de objetividade surgiu para credibilizar os jornais e se tornou um dos pilares da imprensa. O pesquisador, porém, não acredita na eficácia desse trabalho.

Isso porque o jornalista pode direcionar o pensamento e interpretação do leitor pelo modo que apresenta a notícia, seja com inserção de fontes, o título de matéria, ou a maneira em que redige o primeiro parágrafo, com as informações mais importantes (PEREIRA JÚNIOR apud POSSELT, 2017, p. 43).

A análise do autor é completada por Ramires e Rossi, que defendem a subjetividade do trabalho jornalístico.

A realidade por si só, como vimos, não é algo puro. O real só existe quando estabelecemos interações com os acontecimentos e, como há condicionamentos sociais, histórico-culturais, econômicos, psicológicos, cada interpretação do que é real, dá-se de forma diferenciada para cada indivíduo. (RAMIRES; ROSSI, 2012, p. 6)

Ainda assim, Pereira Junior (2010) considera que existem formas de o jornalista ser objetivo, mas isso só é possível se ele

⁶⁹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

[...] estabelecer um sentido aos fatos e apresentar isso aos leitores de forma nítida, fazendo com que o público saiba exatamente o que está consumindo e não tenha que se esforçar – em vão – em acreditar em todo conteúdo produzido jornalisticamente. (PEREIRA JUNIOR apud BARBOSA; MORAES, 2019, p. 140)

Em contrapartida, Posselt (2017, p. 42) entende que o conceito de objetividade pode diferenciar o jornalismo informativo do sensacionalista. A ideia é admitida por Calé:

A ideia [da Agência Lume] é minimizar os estragos feitos por páginas de bairros que não são controladas por jornalistas. Eu entendo que isso é uma forma das pessoas se comunicarem e se unirem por falta de um jornalismo local, mas algumas tentam vender um jornalismo profissional enquanto não é. A gente acaba vendo reportagens sem apuração, eles colocam uma foto de suspeito, sendo que é ainda um suspeito. A Lume tenta trazer essa qualidade para o bairro. (CALÉ, 2021)⁷⁰

A produção de notícias faz parte de um processo coletivo. As pautas, muitas vezes, são enviadas por moradores, através do número de telefone disponibilizado, outras são sugeridas pelos próprios colaboradores que percebem uma possível notícia enquanto circulam na comunidade, e ainda possuem aquelas enviadas como *releases* pelas assessorias de órgãos públicos. A distribuição das futuras matérias é feita, principalmente, através da troca de mensagens por aplicativo, e quando não há ninguém disponível, é Fernanda Calé quem assume o trabalho. Isso porque, ela é a única jornalista que dedica o seu tempo integralmente para a Lume. Os demais jornalistas e fotógrafo dividem o seu dia com outras ocupações, como a faculdade (a exceção de Adão, Fernanda e Douglas, todos os parceiros cursam jornalismo atualmente) ou outra função remunerada, como estágio ou trabalho (CALÉ, 2021⁷¹; OLIVEIRA, 2021⁷²; PAIVA, 2021⁷³; TAVARES, 2021⁷⁴; TEIXEIRA, 2021⁷⁵).

Geralmente, eu sou a única jornalista disponível 24 horas, então costumo mandar no grupo [de mensagens por aplicativo] pra saber se alguém está disponível. Se não tiver, eu faço a matéria. Mesmo assim procuramos sempre fazer reuniões, principalmente para pautas especiais ou as que a gente ache importante incluir todo mundo, mas, às vezes, por conta do horário de trabalho e estudo não é possível. (CALÉ, 2021)⁷⁶

A ausência de colaboradores disponíveis no veículo é só uma das problemáticas causadas pela falta de recursos financeiros. Essa foi a principal dificuldade comentada pelos colaboradores (CALÉ, 2021⁷⁷; PAIVA, 2021⁷⁸; TAVARES, 2021⁷⁹; TEIXEIRA, 2021⁸⁰).

⁷⁰ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁷¹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁷² Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 19 de março de 2021.

⁷³ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁷⁴ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁷⁵ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁷⁶ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁷⁷ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

Segundo Calé (2021), atualmente a equipe produz seus materiais apenas com um microfone de lapela sem fio e dois microfones com fios, além de um tripé. A câmera para as reportagens em vídeo é do celular da própria jornalista e cada colaborador utiliza seu computador pessoal para escrever as notícias⁸¹. Outras necessidades são comentadas por Douglas Teixeira. “A nossa maior dificuldade agora é conseguir manter as pessoas que trabalham com a gente e não ter um espaço físico para conversar com os clientes [que procuram a agência para contratar publicidade].” (TEIXEIRA, 2021)⁸².

Para Cicilia Peruzzo (2013, p. 167), os veículos populares e comunitários são organizações sem fins lucrativos, porém, contrastando essa perspectiva, Claudia Giannotti explica, no livro *Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje*, de onde devem vir esses recursos:

O financiamento deve vir da própria comunidade através de festas, rifas, bingos, almoços, apoio de sindicatos de trabalhadores, universidades, anúncios do comércio local e políticas públicas. Os apoios não podem interferir na linha editorial. A questão financeira é central na Comunicação Popular. Ela necessita de pessoas que se dediquem a buscar recursos. Se o produto for um jornal, ele pode ser vendido. E se comprado for, significa que é bom. (GIANNOTTI, 2016, p. 24)

Como já apresentado, uma das formas trabalhadas pela Lume para angariar verba é através de anúncios para o comércio local, mas a alternativa não está sendo suficiente para implementar as melhorias mencionadas pelos idealizadores. Por isso, outras ideias foram executadas. A primeira são publicidades no site e, ainda, a criação de uma conta numa plataforma de financiamento coletivo. Porém, essa última também não está dando o resultado esperado.

Até o momento, o apoio está sendo pouco utilizado pelas pessoas que leem a Lume, mas acho que no futuro, quando elas identificarem a qualidade e importância, vão passar a ajudar. Eu também não posso esperar que as pessoas que não têm dinheiro colaborem mensalmente com R\$50 ou R\$100. A Lume é bem querida e bem vista em Rio das Pedras, mas falamos para uma população bem carente. (CALÉ, 2021)⁸³

O objetivo é, em breve, expandir a Agência Lume para os bairros adjacentes, mas para a relação com o espaço e com os leitores permanecerem, cada local terá como canal suas próprias redes sociais. Outra ideia que também está para ser implantada é a parceria com o

⁷⁸ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁷⁹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁸⁰ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁸¹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁸² Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁸³ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

Instituto de História da Baixada de Jacarepaguá (IHBAJA), bairro ao qual Rio das Pedras pertence, que passará a escrever uma coluna sobre história no site (CALÉ, 2021)⁸⁴.

No âmago dos processos aqui analisados ocorre um aprendizado que vai ajudando a constituir a cidadania em suas dimensões individual (fortalecimento das liberdades individuais e direitos individuais), política (maior consciência e prática de participação nos órgãos de representação locais ou nacionais) e social (conquista do acesso de benesses relativas a melhores condições de existência). Realiza-se assim uma dinâmica de exercício de direitos e deveres de cidadania, que vai sendo conquistada num processo lento, porém transcendendo os limites do imediato, espalhando valores e esperanças. (PERUZZO, 1999, p. 224)

4.4 Os colaboradores da Agência Lume

Independentemente das dificuldades, a Agência Lume segue seu curso dinâmico e sua atuação é construtiva também para os integrantes. Para Rô Tavares (2021)⁸⁵, contribuir com o veículo se tornou importante também para a sua vida profissional. “Eu gosto de ir pra rua, de ouvir histórias de vida. A Lume tá me proporcionando descobrir esse lado. Eu estou tendo essa oportunidade de vivência que não tive dentro da universidade”, diz. Eduardo Ribeiro (2021)⁸⁶, que conheceu o jornal através das redes sociais e entrou em contato para se tornar parceiro, entende que a Lume é necessária, “pois não temos [os moradores] muitas informações sobre o que acontece aqui em Rio das Pedras. Com a Lume, eu consigo saber as ações da CEDAE, como está a Clínica da Família e entender sobre o assoreamento do rio”. César Oliveira (2021)⁸⁷, que está há pouco tempo na equipe, compara o jornalismo feito pela Agência Lume com outros portais de notícia: “A Lume, por ser composta por jornalistas, leva a informação para a população com mais responsabilidade.”

Para Adão Paiva, o veículo ainda possui relação com a sua identidade.

Todo mundo tem uma sensibilidade, um passado muito batalhador. A maioria das pessoas [da comunidade e que também participam da Lume] tem uma história parecida com a minha. Tem mãe e pai que vieram do Nordeste em busca de oportunidades melhores. (PAIVA, 2021)⁸⁸

Douglas Teixeira (2021) complementa essa ideia dizendo que “tudo que já aconteceu com todo mundo em Rio das Pedras, as horas perdidas no trânsito, as dificuldades nas enchentes, já aconteceu com a gente [os colaboradores] também.”⁸⁹

⁸⁴ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 16 de março de 2021.

⁸⁵ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁸⁶ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 18 de março de 2021.

⁸⁷ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 19 de março de 2021.

⁸⁸ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

⁸⁹ Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro. 17 de março de 2021.

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi entender a importância da comunicação comunitária para a favela de Rio das Pedras. Para tal, analisamos a Agência Lume, veículo comunitário criado durante o período pandêmico, que atende a favela de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio. Além das entrevistas em profundidade realizadas com todos os colaboradores do jornal, a presente pesquisa também reúne uma revisão bibliográfica. Assim, buscaram-se entender os desafios da comunicação comunitária, os processos da transformação tecnológica e as adversidades impostas pela pandemia da COVID-19.

Com base nos resultados apresentados, pôde-se inferir a necessidade da regulação da imprensa brasileira, de modo que a sua atuação seja descentralizada e não comercial. O ajuste se faz importante considerando uma democracia saudável, entendendo que o objetivo não é conceder ao Estado o controle da mídia, mas reforçar a importância desta não ser controlada por pequenos grupos. Assim, propiciamos a cobertura de diferentes pautas ou de uma mesma situação a partir de diversos olhares.

A ausência da mídia hegemônica em territórios periféricos ou, ainda, a sua presença nesses espaços, mas com práticas que reforçam o estereótipo da população local, evidenciaram a necessidade de uma comunicação comunitária. Esta, por sua vez, vem cumprindo o papel de dialogar junto e para a população da comunidade onde atua. Nesse sentido, a internet vem sendo um grande aliado, em especial por diminuir os custos dos materiais impressos (jornais e cartilhas) que eram utilizados para informar a população.

No entanto, como demonstra esta pesquisa, o uso de tais ferramentas não é dispensável. Considerando o cenário carente onde os veículos de comunicação comunitária atuam e a ausência do poder público no cumprimento de direitos básicos, como a educação, é necessário atentar-se para a inclusão do público que compõe o índice de analfabetismo do país. Essa conjectura levanta outra problemática identificada na pesquisa: a falta de recursos financeiros para os veículos comunitários realizarem o seu trabalho.

É importante pontuar que o trabalho de todos os colaboradores da Agência Lume é voluntário, mas toda a equipe tem a necessidade e o desejo de assegurar, um dia, a sua renda ao projeto. A ideia ainda levanta proposições delicadas na literatura, uma vez que os veículos de comunicação comunitária não devem ansiar os objetivos da mídia hegemônica, que giram em torno do capital. No entanto, no caso do objeto desta pesquisa, o lucro seria um retorno pelo trabalho em tempo integral, que hoje dedicam os idealizadores, em informar a comunidade de Rio das Pedras.

A dificuldade em angariar recursos impacta diretamente no material ofertado pelo veículo, uma vez que somente uma jornalista e um publicitário ficam inteiramente responsáveis por toda apuração e produção das pautas, assim como todo conteúdo audiovisual, peças gráficas e eventuais publicidades para o comércio local (uma das fontes de renda que vem sendo implementada). Por conseguinte, a problemática afeta também o alcance do veículo, que vem disputando o mesmo espaço digital com outros jornais, inclusive os controlados por grandes grupos empresariais. Isso se dá porque, apesar da Agência Lume ter uma abordagem local, diferente da grande mídia, alguns assuntos são de nível municipal e nacional, o que acaba sendo noticiado por diversos canais.

Para entender melhor o nosso objeto, buscamos estudar a formação das favelas. De acordo com a literatura, foi possível observar que dessas para os cortiços pouco mudou. Ainda que hoje sejam reconhecidas pelo poder público, a sua existência permanece sendo estigmatizada. Ao longo da história, percebemos que algumas medidas para a valorização do espaço foram tomadas, mas ainda se mostraram insuficientes. Parte disso pode-se atribuir ao avanço do poder paralelo e a forma ineficaz que o poder público vem combatendo o crime. Ainda assim, a remoção das favelas é um marco em toda a história e até hoje se convive com a incerteza e insegurança de residir nelas.

Rio das Pedras, assim como outras comunidades, sofreu o processo de ameaça de remoção, a solução, que, acabou não resultando para muitas outras, foi a mobilização social. Apesar de ter conseguido a permanência, não se observou nenhum tipo de avanço em relação à melhora do espaço. Um dos problemas observados ao longo da sua existência são as construções irregulares e o consequente dano a estrutura dos imóveis, que não poderiam ser construídos naquele solo. Após a tragédia relatada neste estudo, a Defesa civil observou apenas as estruturas que foram denunciadas ao órgão, mas vale questionar se a supervisão em todas as casas da região não seria uma medida preventiva mais eficiente.

De acordo com a revisão bibliográfica e entrevistas realizadas com os colaboradores da Agência Lume, que também vivem no local, constatou-se que apesar das adversidades, todos têm um carinho pela região. Isso se exemplifica pelo trabalho prestado ao veículo. Ademais, percebe-se dos voluntários e idealizadores do jornal uma necessidade de apresentar aos seus vizinhos um sentimento de pertencimento. Este último ponto, no entanto, ainda está em processo de construção, tendo em vista o tempo de atuação e o alcance do jornal. Ainda assim, vale confiar nesta expectativa, pois já se percebe a colaboração dos moradores em quadros como “Olhares”, que resgata o orgulho de morar em Rio das Pedras, enxergando

beleza além do convencional, contribuição nas pautas de serviço e interação nas enquetes que recupera a história da comunidade.

Desta forma, pode-se considerar que os objetivos gerais e específicos desta pesquisa foram contemplados. Isso se tornou possível devido as entrevistas realizadas, consulta a matérias jornalísticas e aos estudos dos temas assistidos, apesar da lacuna ainda existente nas pesquisas acadêmicas relacionadas ao Rio das Pedras. Para os futuros estudos, pretende-se que esta análise seja uma fonte de conhecimento da comunidade de Rio das Pedras e da comunicação comunitária na atualidade. Além disso, é válido analisar o comportamento dos leitores em relação ao jornal, de forma que eles sejam os próximos entrevistados, assim pode-se entender, de maneira ainda mais ampla, o impacto da Agência Lume na favela e, ainda, elucidar as principais ferramentas para tornar um veículo de comunicação comunitária rentável. Neste estudo, essa abordagem não foi considerada, pois se desejava apresentar o veículo recém-criado.

Espera-se que esta pesquisa tenha apresentado a favela de Rio das Pedras para além das notícias tradicionais e exposto a sua história, cultura e potencial. Sendo assim, pretende-se despertar o interesse para novos estudos em relação a esta e outras comunidades, que continuam em intensa transformação e proporcionam um abundante universo para novos questionamentos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Jordana Siteneski do; MACHADO, Deborah da Silva. Mídia, monopólio e democracia: um estudo sobre a monopolização da mídia no Brasil e porque isso pode ser uma ameaça à democracia. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em: www.univali.br. Acesso em: 08 ago. 2021.

AMARAL, Márcia. Fontes jornalísticas: o Lugar de Fala do cidadão. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador: 2002. p. 1-16. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8121a0473dfc7d5de75c22a247e5a614.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

AMARAL, Márcia. **Jornalismo popular**. 2ª Ed. São Paulo. Editora Contexto, 2018.
AMORIM, Marisa Fasura de; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; MOTTA, Ana Lúcia Torres Seroa da. A resiliência das cidades frente a chuvas torrenciais: estudo de caso do plano de contingência da cidade do Rio de Janeiro. **Sociedade & Natureza**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, set./dez. 2014, p. 519-534, ISSN 1982-4513. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-451320140310>. Acesso em: 10 maio 2021.

ANGELO, Elis Regina Barbosa; FOGAÇA, Isabela de Fátima; BARBOSA, Conceição Aparecida. O Rio de Janeiro “nordestino”: representações, subjetividades e saberes sobre a cidade. **Revista Confluências Culturais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322588056.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 4, 2010, p. 97-107. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/10/e04_a12.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

AVAAZ. O Brasil está sofrendo uma infodemia de Covid-19, 4 maio 2020. **Resumo Executivo**. Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/po/brasil_infodemia_coronavirus/. Acesso em: 22 ago. 2021.

BARBOSA, Alexandre. O modo de produção jornalístico na imprensa das classes trabalhadoras: o caso do MST. **Revista Extraprensa**, v. 10, n. 1, 2016, p. 34-48. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2016.117752>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BARBOSA, João; MORAES, Ângela. Objetividade jornalística: Reflexões sobre uma possibilidade de construção de conhecimento. **Seminário Nacional de Mídia e Cultura**, Goiás, 2019. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61158702/Anais_artigo_completo_Cultura_2018_1_20191107-40896-yzhwrh-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1630131387&Signature=WfoF7vTURAeM9gvo91-Y97Hz1KD32BrTp1YO6LnIDUKPucHTpRbjNVd8S4EoCeC8~64N--T9rSATwUS6i9K3JFt9BdZNIgJEw~T-yQZgdaxPeitPOFeiRzVUpjqlQoFgaArcAZV4fuJiY10Rm5HLnUJbs2qIJC2jyrp~UL3vYX-P23X8RYmjKYCihkgDxbSHRAhVD1nAV9NaKZ5~I5SX6NtTV34Pj2KimotZov7TPQv1zrLnbX7H2S9BsBxZM6Y7KQn6Qoe4RqaJ4N~yS18SEtWSUWu6ub-AOzDnXKFebNEkk0ilFARQxq52MQhS2GKViGd2C3UmbyijlMiPEMgtA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=136. Acesso em: 20 mar. 2021.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 115-126, 2013.

BASTOS, Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti; SILVA, Elizabeth Almenara da; CAVALCANTI,

Allain Cristian Tenório; CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório. O estado de exceção nas favelas: perspectivas biopolíticas a partir da pandemia do COVID-19. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v.25, n. 51, p. 113-129, jul./out.2020. Disponível em:

<https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/564>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BIENENSTEIN, Glauco; SOUSA, Daniel; BIENENSTEIN, Regina. Urbanização de Rio das Pedras: por que uma Operação Urbana Consorciada?. **Seminário de Pesquisa PPGAU UFF**, Rio de Janeiro, v. 1, [2018]. Disponível em: http://atuaria.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/457/2019/07/Artigo-PPGAU-OUC-Rio-das-Pedras_Glauco_Final_18_11-1.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL ainda tem 11 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever. **Educa Mais Brasil**, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-pessoas-que-nao-sabem-ler-e-escrever>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal** (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 109 de 15/03/2021). Brasília, 2021. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_220_.asp. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.812, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRUM, Mario. “Irregular, ilegal e anormais”: O estigma como política de Estado e a remoção de favelas no Rio de Janeiro pela CHISAM (1968-1973).

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, v. 16, n. 29, jan./jun. 2013, p. 179-207. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=98&sid=19>. Acesso em: 23 maio 2021.

BURGOS, Marcelo. **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações. *Revista Eptic, [S.l.]*, v.17, n.3, p.16-28, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/4298/pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

CALÉ, Fernanda. Projetos sociais de Rio das Pedras na luta contra a fome. **Agência Lume**, abr. 2020a. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/projetos-sociais-de-rio-das-pedras-na-luta-contra-a-fome>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CALÉ, Fernanda. Lume nas Eleições: Eduardo Paes. **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 29 out. 2020b. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/lume-nas-eleicoes-eduardo-paes>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CALÉ, Fernanda. Destaque da Comunidade: Moradora de Rio das Pedras lança livro. **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 23 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/destaque-da-comunidade-moradora-de-rio-das-pedras-lanca-livro>. Acesso em: 31 mar. 2021

CALÉ, Fernanda. Lume Live: especialista tirou dúvidas de seguidores sobre o MEI. **Agência Lume**. Rio de Janeiro, 21 fev. 2021d. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/lume-live-especialista-tirou-duvidas-de-seguidores-sobre-mei>. Acesso em: 1 abr. 2021.

CALÉ, Fernanda. Rio que dá nome a comunidade está assoreado. **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 27 de fev. de 2021a. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/rio-que-da-nome-a-comunidade>

de-rio-das-pedras-esta-assoreado. Acesso em: 31 maio 2021.

CALÉ, Fernanda. Entrevista com Fernanda Calé. Entrevistadora: Gabrielle Teles Rodrigues. Rio de Janeiro, 16 mar. 2021.

CALÉ, Fernanda. Governo do RJ estabelece Calendário Único de Vacinação. **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2021e. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/governo-do-rj-estabelece-calendario-unico-de-vacinacao>. Acesso em: 12 abr. 2021

CALÉ, Fernanda. Prefeitura abre escolas mas mantém medidas restritivas até dia 8. **Agência Lume**. Rio de Janeiro, 2 abr. 2021c. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/prefeitura-abre-escolas-mas-mantem-medidas-restritivas-ate-o-dia-8>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CALÉ, Fernanda; TELES, Gabrielle; TAVARES, Rô. Dia Internacional da Mulher: conheça três moradoras inspiradoras de Rio das Pedras. **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/dia-internacional-da-mulher-conheca-tres-moradoras-inspiradoras-de-rio-das-pedras>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CALÉ, Fernanda; Lucas, Pereira. Prefeitura inicia demolição de parte de prédio com problemas estruturais em Rio das Pedras. **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/prefeitura-inicia-demolicao-de-parte-de-predio-com-problemas-estruturais-em-rio-das-pedras>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CALÉ, Fernanda; MELO, Wellington. Centro de imagem é inaugurado em Rio das Pedras. **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/centro-de-imagem-%C3%A9-inaugurado-em-rio-das-pedras>. Acesso em: 11 maio 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2016.

CASTRO, Adão Osdayan Cândido de; DIAS, Lucas Rodrigues. **Urbanização e a problemática socioambiental na baixada de Jacarepaguá: Estudo da bacia hidrográfica do Rio das Pedras**, Unicamp, São Paulo, 687-698, jun./jul. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323296199_Urbanizacao_e_a_problemativa_socioambiental_na_baixada_de_Jacarepagua_estudo_da_bacia_hidrografica_do_Rio_das_Pedras. Acesso em: 05 jun. 2021.

CASTRO, Vitor Monteiro de. Circulando – Diálogo e comunicação na favela: a favela em busca de cidadania. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2009. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/719539.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. IPP/ Prefeitura do Rio, Rio de Janeiro, maio de 2012. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF. Acesso em: 30 jun. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, Henrique; SILVEIRA, Daniel. Dono de prédio que desabou em Rio das Pedras admite à polícia que obra de construção era irregular. **G1**, Rio de Janeiro, 04 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/04/dono-de-predio-que-desabou-em-rio-das-pedras-no-rio-admite-a-policia-que-obra-de-construcao-era-irregular.ghtml>. Acesso em: 07 jun. 2021.

CONHEÇA o Museu das Remoções. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (3 min e 26s). Publicado pelo canal Museu

das Remoções. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z0e9EmxlpMU>. Acesso em: 20 maio 2021.

CUNHA, Marize Bastos da. Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em:

[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/26714921/tesemarizecunha.pdf?1345952733=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DNos desencontros e fronteiras os trabalh.pdf&Expires=1630026779&Signature=g~nbAjJ-IGTNRQPLHhEF6nqNhbVlaOr82I01wCE-Llh5PgPHQ26WhAQDd7PKP6QwHgxfg-KT44fu0ohGkr9ugEBHY56BNANQUOd3OjGrI3BH33ejokATTD2s5yy822QsDv5oRgfVd8M9dxvr4SYdozis9XZ5Sna7vwEIRKzWAu9RwFW~9CRhhBpFRpDbJ~w4wLFOZnH4rvgrZfHmjgynEHqPbk9EMN~A6SNP8b9UNhfoo38IZ8v2hYNsXrxZeMMvuoC0H6ZKz65tHoMHmZvYapMH15q0KdO~25bhxJgU6brfH2z-7qOtx9ZsnR-Svp5RMA3U7Ud3UUmXddLAENpRw_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/26714921/tesemarizecunha.pdf?1345952733=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DNos%20desencontros%20e%20fronteiras%20os%20trabalh.pdf&Expires=1630026779&Signature=g~nbAjJ-IGTNRQPLHhEF6nqNhbVlaOr82I01wCE-Llh5PgPHQ26WhAQDd7PKP6QwHgxfg-KT44fu0ohGkr9ugEBHY56BNANQUOd3OjGrI3BH33ejokATTD2s5yy822QsDv5oRgfVd8M9dxvr4SYdozis9XZ5Sna7vwEIRKzWAu9RwFW~9CRhhBpFRpDbJ~w4wLFOZnH4rvgrZfHmjgynEHqPbk9EMN~A6SNP8b9UNhfoo38IZ8v2hYNsXrxZeMMvuoC0H6ZKz65tHoMHmZvYapMH15q0KdO~25bhxJgU6brfH2z-7qOtx9ZsnR-Svp5RMA3U7Ud3UUmXddLAENpRw_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA).

Acesso em: 13 jul. 2021.

EM MEIO à polêmica, Crivella desiste de projeto para verticalizar Rio das Pedras. O Globo, Rio de Janeiro, 28 de out. de 2017. Disponível: <https://oglobo.globo.com/rio/em-meio-polemica-crivella-desiste-de-projeto-para-verticalizar-rio-das-pedras-22005207>. Acesso em: 24 maio 2021.

FARIAS, Luiz Kleber Rodrigues. Favela de Rio das Pedras: a imagem da paz como ensejo para crescer?. **BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2007, p. 17. Disponível em:

http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UERJ_614a4eed43485cf6d401430887141949. Acesso em: 21 maio 2021.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, p. 1-19, 24 set. 2020. Disponível em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1319>. Disponível em: 17 jun. 2021.

FREIRE, Leticia. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Memória das Olimpíadas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 95-111, 18 nov. 2008.

Disponível em: http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/883/1/MD005%20-%20FREIRE%2c%20Leticia%20de%20Luna.%20Favela%2c%20bairro%20ou%20comunidade_%20Quando%20uma%20pol%20c%20adtica%20urbana%20torna-se%20uma%20pol%20c%20adtica%20de%20significados.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

GALIZA, Helena Rosa dos Santos; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI. **Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade**, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/888>. Acesso em: 25 maio 2021.

GAMA, Madson. Baile funk do Castelo das Pedras acaba, depois de 25 anos. **G1**, Rio de Janeiro, 11 out. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baile-funk-do-castelo-das-pedras-acaba-depois-de-25-anos-23148717.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

GARCIA, Maria Isabel Martinez; JARA, Sonia Daniela Mena; SCHLEE, Mônica Bahia; JÚNIOR, Osmar Paulino da Silva; NETTO, Ana Luiza Coelho. Uso do Solo e Vulnerabilidade Socioambiental na Sub-Bacia do Alto Rio das Pedras (Rio de Janeiro/RJ): Subsídios para Regeneração de Rios Neotropicais. **Revista do Departamento de Geografia Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 32, p. 29-38, 30 maio 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/115801>. Acesso em: 07 jun. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. Métodos de pesquisa. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2009.

GIANNOTTI, Claudia. **Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Núcleo Piratininga de Comunicação, 2016.

Globo - Melhores e Maiores. Melhores e Maiores. Disponível em: <https://mm.exame.com/globo/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2004, 124 p.

GONÇALVES, Natalia. **Entrevista com Natalia Gonçalves**. Entrevistadora: Gabrielle Teles Rodrigues. Rio de Janeiro, 19 maio 2021.

GRANDIN, Felipe; RODRIGUES, Matheus. RJ tem queda de 76% nas mortes cometidas por policiais após STF restringir operações em favelas. G1, Rio de Janeiro, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/25/rj-tem-queda-de-76percent-nas-mortes-cometidas-por-policiais-apos-stf-restringir-operacoes-em-favelas.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2021.

GUERRA, Josenildo. **Neutralidade e Imparcialidade no Jornalismo: Da Teoria do Conhecimento à Teoria Ética**. [s.l.], [1999]. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/07f68ff516fcf5aca65a97a7910910c1.PDF>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados Subnormais: o que é. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 abr. 2021.

IMAGENS mostram a expansão imobiliária na região de Rio das Pedras em 15 anos. G1, Rio de Janeiro, 03 de jun. de 2021. Disponível: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/03/imagens-mostram-a-expansao-imobiliaria-na-regiao-de-rio-das-pedras-em-15-anos.ghtml>. Acesso em: 07 jun. 2021.

IZAGA, Fabiana; PEREIRA, Margareth da Silva. A Mobilidade Urbana na Urbanização das Favelas no Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, mai. de 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/11533/9082>. Acesso em: 19 maio 2021.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Bahia: Via Litterarum Editora, 2010.

LAURIANO, Carolina. Remoção de famílias para obras da Copa e das Olimpíadas gera polêmica. G1, Rio de Janeiro, 20 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/remocao-de-familias-para-obras-da-copa-e-das-olimpiadas-gera-polemica.html>. Acesso em: 07 jun. 2021.

LEAL, Arthur; GOULART, Gustavo. “Veneza carioca” é recordista de casos e mortes por coronavírus; confira outros lugares por CEP. O Globo, 11 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/veneza-carioca-recordista-de-casos-mortes-por-coronavirus-confira-outros-lugares-por-cep-1-24527474>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LEAL, Arthur; GOULART, Gustavo. Rua que é epicentro de casos e mortes pelo coronavírus no Rio tem histórico de problemas. Extra, 11 jul. 2020. Disponível em:

<https://extra.globo.com/noticias/rio/rua-que-epicentro-de-casos-mortes-pelo-coronavirus-no-rio-tem-historico-de-problemas-rv1-1-24527231.html>. Acesso em: 20 mar 2021.

LEITÃO, Gerônimo; BARBOZA, Silvia; DELECAVE, Jonas. Projeto Mutirão, Programas Favela-Bairro e Morar Carioca: três décadas de urbanização de favelas na Cidade do Rio de Janeiro. **III ENANPARQ**, São Paulo, 2014. Disponível em: http://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-HDC-009_LEITAO_BARBOZA_DELECAVE.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

LOPES, Letícia. Cidade de Deus é campeã de casos positivos de coronavírus em quatro comunidades analisadas pela prefeitura. **Extra**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/cidade-de-deus-campea-de-casos-positivos-de-coronavirus-em-quatro-comunidades-analisadas-pela-prefeitura-24492893.html>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

LUME RP. **Lume nas Eleições: Fechamento das escolas**. Rio de Janeiro, 29 nov. 2020. Facebook: lumerp. Disponível em: <https://www.facebook.com/lumerp/videos/1268470310202844>. Acesso em: 07 abr. 2021.

LUME RP. **Greve dos rodoviários da Redentor**. Rio de Janeiro, 29 nov. 2020. Facebook: lumerp. Disponível em: <https://www.facebook.com/lumerp/videos/206788694409300>. Acesso em: 07 abr. 2021.

LUME TV. **Greve dos rodoviários da Redentor**. Youtube, 1 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IpeLox31wvM>. Acesso em: 07 abr. 2021.

LUME RP. **Lume na Rua | Vocês pediram, a Lume veio**. Rio de Janeiro, 21 jan. 2021. Facebook: lumerp. Disponível em: <https://www.facebook.com/lumerp/videos/233871925026292>. Acesso em: 2 de abr. 2021.

LUME RP. **Boa tarde, galera!** Rio de Janeiro, 14 mar. 2021. Instagram lume_rp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMaCBmhssBT/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LUME RP. **Resolvido: Entupimento na Rua Sobral foi corrigido pela CEDAE**. Rio de Janeiro, 1 abr. 2021. Instagram lume_rp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNIRSYgL7Ht/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **OpenEdition Journals**, Rio de Janeiro, n. 40, 2013, p. 89-118. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/156>. Acesso em: 22 maio 2021.

MALERBA, João Paulo. Rádios comunitárias brasileiras e a questão espacial. **UNIP**, São Paulo, jul. 2008. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_309.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

MALERBA, João Paulo. Por uma genealogia das rádios comunitárias. **Cartografias da radiodifusão comunitária, livre e alternativa**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan-abr 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/28586/21240>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MEDIDAS contra enchentes na cidade são anunciadas no COR. Prefeitura do Rio, Rio de Janeiro, 04 de mar. de 2020. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-anuncia-medidas-contra-enchentes/>. Acesso em: 31 maio 2021.

MESENTIER, Thales. **Covid por CEP**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://covidporcep.rio.br/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MORAES, Denis. Agências Alternativas em Rede e Democratização da Informação na América Latina. In: **Mídia, poder e contrapoder**. Boitempo, 2013. p. 80-112.

MORAES, Jader Luciano da Silva de. Favela.com: Um retrato do jornalismo comunitário carioca na era digital. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/14187/1/Favela.com%20-%20Jader%20Luciano.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MORAES, Thais Bezerra de; D'ARCADIA, João Guilherme da Costa Franco Silva. Jornalismo Comunitário e a Web Como Solução, São Paulo, 16-18 nov. 2015. Disponível: <https://portalintercom.org.br/anais/pensacom2015/resumos/033.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MURAD, Angèle. Oportunidades e desafios para o Jornalismo na internet. **Revista eletrônica do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 2, 24 jan. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36749>. Acesso em: 22 ago. 2021.

OLIVEIRA, César. **Entrevista com César Oliveira**. Entrevistadora: Gabrielle Teles Rodrigues. Rio de Janeiro, 19 mar. 2021.

OLIVEIRA, César. Começa hoje (14) a atualização de cadastro no aplicativo Caixa Tem, usado no auxílio emergencial. **Agência Lume**. Rio de Janeiro, 14 mar. 2021. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/come%C3%A7a-hoje-14-a-atualizacao-de-cadastro-no-aplicativo-caixa-tem-usado-para-o-auxilio-emergencial>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PAIVA, Adão. Margens de um rio: Onde você brinca ou brincou na sua infância? **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/margens-de-um-rio-onde-voc%C3%AA-brinca-ou-brincou-na-sua-inf%C3%A2ncia>. Acesso em: 03 abr. 2021.

PAIVA, Adão; TEIXEIRA, Douglas; ALVES, Érika; CALÉ, Fernanda; TELES, Gabrielle; TAVARES, RÔ; MELLO, WELLINGTON. **Coronavírus: As 111 ruas Amparo em Rio das Pedras**. Agência Lume, Rio de Janeiro, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/coronav%C3%ADrus-as-111-ruas-amparo-em-rio-das-pedras>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PAIVA, Adão. **Entrevista com Adão Paiva**. Entrevistadora: Gabrielle Teles Rodrigues. Rio de Janeiro, 17 mar. 2021.

PAIVA, Raquel. Minorias flutuantes – novos aspectos da contra-hegemonia. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação**, XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/50253971234958572676067676657762756945.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. O sequestro da fala comunitária. **InterSciencePlace**, Rio de Janeiro, p. 37-46, 2004. Disponível em: https://leccufrj.files.wordpress.com/2008/10/paiva_sequestro_da_fala.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 30, 2006, 62-70 p. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3376/2641>. Acesso em: 4 abr. 2021.

PAIVA, Raquel. **O Retorno da Comunidade: os Novos Caminhos do Social**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

PAIVA, Raquel; COUTINHO, Eduardo; Filho, João F. **Mídia e Poder: Ideologia, Discurso e Subjetividade**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2009.

PAIVA, Raquel; CUSTÓDIO, Leonardo; MALERBA, João. "Comunidade gerativa" e "Comunidade de afeto": Propostas conceituais para estudos comparativos de comunicação comunitária. **Animus**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, 2013, p. 244-262. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/12423/pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

PERGUNTAS frequentes – Auxílio Emergencial 2021. Caixa, [s.l.]. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 23 maio 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília, p. 1-17, set. 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**, São Paulo, n. 17, jun. 2009, p. 131-146. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/6087>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. **Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**, Colômbia, 22-25 set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36886/21460>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos**. Contemporanea | comunicação e cultura, Universidade Federal da Bahia, v. 11, n. 01, 2013, p. 161-181. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980>. Acesso em: 03 mar. 2021.

PINTO, André. **Jornal O Cidadão: Um jornal Comunitário na era da globalização**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2004. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?dissertacao=13. Acesso em: 18 fev. 2021.

POSSELT, Grazielle Taís. **Gêneros jornalísticos na contemporaneidade: Uma análise dos jornais Folha do Mate e o Informativo do Vale**. Monografia – Universidade do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Lajeado, p. 170, 2017. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/151834494.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

QUEIROZ FILHO, Alfredo. Sobre as origens da favela (The origins of the 'favela'). **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, nov. 2011. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/651>. Acesso em: 10 abr. 2021.

RAMALHO, Luiz Fernando. Comunicação Comunitária, Internet e Novas Tecnologias: Um Caminho Possível. X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã, São Paulo, 22-24 abr. 2015. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidadada/dt4-2.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

REZENDE, Vera; LEITÃO, Geronimo. Lucio Costa e o plano piloto para a barra da Tijuca: a vida é mais rica e mais selvagem que os planos urbanísticos. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 673–693, 2014. DOI: 10.20396/urbana.v6i1.8635320. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635320>. Acesso em: 01 jun. 2021.

RIBEIRO, Eduardo. **Entrevista com Eduardo Ribeiro**. Entrevistadora: Gabrielle Teles Rodrigues. Rio de Janeiro, 18 mar. 2021.

RIBEIRO, Eduardo; TAVARES, Rô. Destaque da Comunidade: Biblioteca Comunitária Wagner Vinício, Rio de Janeiro, 8 maio 2021. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/destaque-da-comunidade-biblioteca-comunitaria-wagner-vinicio>. Acesso em: 14 jun. 2021.

RODRIGUES, Matheus. RJ tem o maior número de mortes por policiais em 22 anos; e o 2º menor índice de homicídios já registrado pelo ISP. **G1**, Rio de Janeiro, 22 de jun. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2021

ROSSI, Michelle; RAMIRES, Mário Marques. **A imparcialidade como conceito de qualidade jornalística**. In: COMUNICAÇÃO & MERCADO/UNIGRAN, abr. 2013, Dourados – MS. Anais... Dourados: 2013. P. 77-83. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2012/resumos/R31-0374-1.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SANTOS, Kassia Nobre dos. Em busca da credibilidade perdida: a rede de investigação jornalística na era das *fake news*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: Pontífca Universidade Católica, 2018. Disponível em: <https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/21857/2/Kassia%20Nobre%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SILVA, Jailson; ANSEL, Thiago. “Mídia e favela: comunicação e democracia nas favelas e espaços populares”. **Observatório de favelas**, ed.1, 2012, p. 6-52.

SOUZA, Renata. O Cidadão: uma década de experiência ideológica, pedagógica e política de comunicação comunitária. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) –Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: http://jornalocidadao.net/wp-content/uploads/2016/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-O-cidad%C3%A3o_-Renata-Souza.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

TANAKA, Giselle. Vila Autódromo: remoção e resistência. **Heinrich Böll Stiftung**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2016/06/22/vila-autodromo-remocao-e-resistencia>. Acesso em: 01 jun. 2021.

TAVARES, Rô; TELES, Gabrielle; TEIXEIRA, Douglas; MELLO, Wellington. FAMÍLIA protesta contra a morte de jovem em farmácia de Rio das Pedras. **Agência Lume**, Rio de Janeiro, 22 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/familia-protesta-contra-morte-de-jovem-em-farmacia-de-rio-das-pedras>. Acesso em: 2 abr. 2021.

TEIXEIRA, Douglas. **Entrevista com Douglas Teixeira**. Entrevistadora: Gabrielle Teles Rodrigues. Rio de Janeiro, 17 mar. 2021.

TAVARES, Rô. **Entrevista com Rô Tavares**. Entrevistadora: Gabrielle Teles Rodrigues. Rio de Janeiro, 17 mar. 2021.

TONDO, Stephanie Branco. **Jornalismo popular na era digital – reconfigurações tecnológicas e narrativas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2018.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, out. de 2000, p. 05-34, ISSN 1806-9053. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>. Acesso em: 09 abr. 2021.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 127, p. 581-597, 1994. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/899/1/MD020%20-%20FESSLER%2c%20Dos%20corti%2c%20a7os%20%2c%20a0s%20favelas%20e%20aos%20edif%2c%20adcios%20%20de%20apartamentos.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VAZ, Tyciane. **Jornalismo de serviço: O gênero utilitário na mídia impressa brasileira**. Tese (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/852/1/1-90.pdf>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Comunicação comunitária: Trajetórias e inovações. Revista

UNINTER de Comunicação. [S.l.], vol. 2, n.3, p. 217-232, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20292110-Comunicacao-comunitaria-trajetorias-e-inovacoes.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2004.